

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

MARIA DO SOCORRO DA CUNHA

**A POLÍTICA, AS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA
E A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA**

**MESTRADO EM EDUCAÇÃO
PUCPR**

**CURITIBA
2006**

MARIA DO SOCORRO DA CUNHA

**A POLÍTICA, AS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA E A FORMAÇÃO
PARA CIDADANIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sob a orientação do Prof. Dr. Lindomar V. Bonetti.

CURITIBA

2006

Às minhas irmãs de comunidade:

GRATIDÃO!

**Pela paciência, apoio e compreensão que tiveram
comigo em todos os momentos deste processo de
estudo e na construção deste conhecimento.**

AGRADECIMENTOS

A DEUS, Senhor e doador da minha vida, pela imensa bondade e por me acompanhar com sua ternura de Pai.

A meus pais e irmãos pela presença amiga e de apoio e por acreditarem em minhas possibilidades.

Ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, na pessoa de *Ir. Elvira N. Nichele* e *Ir. Maria de Lourdes Castanha*, pela oportunidade, incentivo e confiança que depositaram em mim.

Aos Diretores das Escolas pesquisadas, bem como aos alunos que colaboraram comigo, fornecendo subsídios ao estudo realizado; contribuindo, assim, para o sucesso de minha pesquisa, Obrigada!

Ao Prof. Dr. Lindomar Wesler Boneti, orientador deste trabalho, pela sua *grande humanidade*, paciência e seu jeito pedagogo de me orientar, dando-me segurança e apontando algumas certezas. DEUS LHE PAGUE! Sincera gratidão e estima!

Aos colegas do mestrando pela partilha, convivência e amizade. E, a todos os que, sabendo deste trabalho, me apoiaram e me incentivaram: Obrigada!

Às queridas Irmãs: Luciane Taffarel Gomes e Lucilene Chiciuc, pela convivência e o grande apoio dispensados nos momentos em que estive ausente do meu trabalho. Meu sincero reconhecimento pela capacidade com que supriram esta ausência, dando cada uma o melhor de si e contribuindo, assim, para meu estudo. Obrigada!

À minha colega Maribel M. Rohden, companheira de programa de Mestrado e presença significativa no ir e vir deste. Através de nossa convivência nos tornamos amigas e cúmplices neste processo silencioso e doloroso de construção. Meu especial carinho e minha estima pelo apoio e colaboração. Gratidão!

Escola é....

O lugar onde se faz amigos.

*Não se trata só de prédios, salas,
quadros, programas, laboratórios, conceitos...*

Escola é, sobretudo, gente.

*Gente que trabalha, que estuda,
que se alegra, se conhece, se estima.*

O diretor é gente.

O coordenador é gente,

O professor é gente,

O aluno é gente,

Cada funcionário é gente.

*E a escola será cada vez melhor na
medida em que cada um se comporte
como colega, amigo, irmão.*

*Nada de "ilha cercada de gente por
todos os lados".*

*Nada de conviver com as pessoas e
depois descobrir que não tem amizade a ninguém.*

*Nada de ser como o tijolo que
forma a parede.*

Indiferente, frio, só.

*Importante na escola não é só
estudar, não é só trabalhar.*

É também criar laços de amizade,

É criar ambiente de camaradagem,

É conviver, é se "amarrar nela!"

*Ora, é lógico... numa escola assim
vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer,
Fazer amigos, educar-se, ser feliz.*

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho se dedica ao estudo da temática das Políticas de Formação para a Cidadania, presentes no contexto das relações no cotidiano da Escola. Busca responder como as relações de poder estão presentes no cotidiano da escola e quais suas implicações para a formação da cidadania. A pesquisa indaga também em que medida estas relações de poder, presentes no cotidiano da escola, interferem na convivência entre professor x aluno. A pesquisa teve como objetivo, portanto, compreender a dinâmica do espaço escolar, considerando que é este o lugar onde se exercitam objetivamente as relações e de onde nascem as práticas educativas para a formação da cidadania. As referências teóricas mais expressivas utilizadas neste estudo foram as obras de FOUCAULT, Vigiar e Punir, Microfísica do Poder e de Paulo FREIRE, tais como: Pedagogia da Autonomia, Ética, Utopia e Educação. O universo da pesquisa foi constituído com alunos do Ensino Médio em duas escolas: uma pública e a outra privada, situadas no município de Curitiba. A pesquisa teve cunho qualitativo, cujas características melhor se adaptam a sua essencialidade, sendo realizada no ano de 2006. Como instrumento de coleta de dados, fez-se uso da entrevista, esta com questões abertas, aplicadas a diretores e coordenadores pedagógicos das escolas pesquisadas através do uso de questionário com os alunos das referidas escolas, assim como da observação. Os resultados da pesquisa indicam uma familiaridade com o pensamento de FOUCAULT, na medida em que se constata a existência na escola de uma relação de poder em cadeia, não necessariamente centralizada nas mãos de algumas pessoas. Constata-se, também, que o poder não deve ser considerado necessariamente um bem ou algo maléfico, mas algo que se exerce e, em geral, em rede, em todas as relações e relacionamentos.

Palavras-chave: Relação educativa, Relações de Poder, Cidadania, Educando, Sociedade, Educador, Espaço Escolar.

RESUMO

Il presente lavoro é dedicato allo studio della temática delle politiche di Formazione per la cittadinanza presente nel contesto delle relazioni nell'ambito della scuola. Desidera rispondere come le relazioni del potere sono presenti nel quotidiano della scuola e quali siano le loro implicazioni per la formazione della cittadinanza. La ricerca si propone indagare su quali forme queste relazioni di potere presenti nel quotidiano della scuola possono interferire sulla convivenza fra maestri e alunni. Questa ricerca há l'obbiettivo di comprendere la dinamica dello spazio scolastico, considerando che é in questo spazio che si esercitano obiettivamente le relazioni e dove nascono le pratiche educative per la formazione della cittadinanza. Le riferenze teoriche piú espressive utilizzate in questo Studio sono state le opere di Michael Foucault in Vigiar e punir (vigilanza e punizione), e Microfísica del Potere e quella di Paulo Freire, tali come: Pedagogía dell'Autonomia e, Etica, Utopia e Educazione. L'universo della ricerca é stata fatta con ragazzi del Grado Medio in due escuela: una statale e l'altra privata. Tutte e due situate nel Municipio di Curitiba. Questo lavoro ebbe un ponto qualitativo: conoscere le carateristiche che meglio si adattano alla esencialitá, ed é stata realizzata nell'anno del 2006. Come strumento di lavoro dei diversi dati, sono stati utilizzati i seguenti principi: - intervista (con quesiti aperti, applicati dalle direttrici e dalle cordenatrici pedagogiche delle scuole); - sono stati usati questionamenti con alunni delle scuole citate sopra; - osservazioni necessarie per compilare questo lavoro. I risultati di questa ricerca indicano una familiaritá con il pensiero di Foucault, dal momento in che si puó costatare nella scuola l'esistenza di una relazione di potere, la quale non é solo centralizzata in mano ad alcune persone. Si costata puré che il potere non deve essere considerato un bene, o puramente maléfico; ma ciò che si puó esercitare, in generale, nella gamma fra tutte le relazioni, come nei piú diversi relazionamenti.

Parole Chiavi: Relazione educativa, relazione di potere, cidadinanza, alunni, societá, maestri, spazio scolastico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE E NO SISTEMA EDUCACIONAL....	15
2.1 Relações de Poder na Sociedade	17
2.2 Relações de Poder no Sistema Educacional	19
2.3 O Papel desafiador do Educador nas relações cotidianas	25
3. EDUCAÇÃO ESCOLAR E CIDADANIA	40
3.1 De qual cidadania estamos falando?	46
3.2 Educação enquanto instrumento de construção da cidadania	51
3.3 Cidadania e Cuidado da Aprendizagem	55
4. AS RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA.....	59
4.1 Escola: espaço do ser e conviver.....	71
4.2 O olhar e o corpo	76
4.3 As Relações de poder nas escolas pesquisadas.....	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	104
ANEXO A	104
ANEXO B	107

1. INTRODUÇÃO

A aceleração vertiginosa e sem precedentes no avanço da ciência e da tecnologia nos últimos três séculos mudou radicalmente a face do mundo. A mudança atingiu todas as dimensões da vida humana: social, econômica, tecnológica, cultural e política.

Percebe-se que o progresso técnico, econômico, social e político conduziu a uma realidade em que os desafios a enfrentar são de uma nova natureza, como se começássemos a viver em uma nova sociedade. Nos campos tecnológico, econômico e social estamos começando a viver o mundo da terceira revolução industrial. Esse processo conduziu a um mundo globalizado e interdependente, em escala sem precedentes na história universal.

No campo político e da convivência social, por outro lado, vivemos o momento da afirmação da democracia como único sistema sobrevivente das idéias do século XX.

“As mudanças profundas são a característica dos nossos tempos, largamente difundidas, radicais e aceleradas. Tais mudanças são cercadas de pesquisas científicas, tecnologia e comunicação; e têm repercussões decisivas na existência do homem e no seu futuro. O enorme impacto que os resultados de pesquisas científicas e tecnológicas têm na vida e ambiente das pessoas pressiona e provoca nossas consciências a buscar critérios éticos que sejam não apenas pessoais, mas também públicos e políticos” (NOSIGLIA, 2002, p. 25).

Quando falamos de ética, falamos de seres humanos, da questão antropológica que hoje aparece fundamental para o futuro da humanidade. Por isso, ter educação escolar passou a ser condição para ser cidadão. Vai crescendo, no mundo, a clareza da importância da educação escolar e da escola na preparação para a vida societária e na resposta aos grandes desafios propostos pelo mundo atual, como bem analisa Souza (2002, p. 06-08).

(...) além da rapidez na evolução da ciência e da tecnologia, a sociedade do conhecimento trouxe para o cotidiano das pessoas quatro novos elementos que passaram a ter profundo impacto na educação. Em primeiro lugar, destacam-se a velocidade e o caráter universal do acesso à informação. Tudo o que acontece no mundo está disponível para todas as pessoas por diversos meios de comunicação de acesso fácil e barato.

A construção da cidadania está condicionada à dinâmica da produção do conhecimento, particularmente, do acesso a ele. É neste sentido que a educação se constitui um grande instrumento de construção da cidadania hoje.

No ato de fazer a educação escolar, algo que interfere significativamente e influencia no processo educacional, é a relação de poder na escola. É a esta temática que se dedica neste estudo, uma vez que a proposta é analisar as relações de poder no espaço da escola.

Assim sendo, tem-se a intenção de analisar como as relações de fato acontecem no espaço da escola. Na reflexão sobre relações e práticas que se estruturam, pensa-se que é útil e necessário iniciar discutindo o que é *poder*, uma realidade curiosa e interessante, presente nos grupos, nas comunidades, em qualquer sociedade. Ele perpassa todos os departamentos do cotidiano, está presente, na maioria das vezes sem ser percebido, em todos os meandros e momentos da vida social.

Para efeito desta pesquisa, entendemos poder a partir de dois conceitos: o primeiro termo toma o poder enquanto recurso, entendido como qualidade; já o segundo, é tomado como relação.

Na primeira acepção de poder pode-se entendê-lo como algo *positivo*, uma capacidade de produzir ou fazer algo. Quando eu consigo fazer algo, digo que *posso, tenho poder*. Nesse sentido não é negativo, nem positivo.

Na segunda acepção, o poder é entendido e tomado como *relação* e relação implica necessariamente o outro. No momento em que se entende poder como relação, precisa-se estar bem consciente de que existe aí um outro. Mas como se dá isto? Sempre que tomamos poder como relação, subtende-se, ou assume-se alguma prática em que, por exemplo, tira-se, ou expropria-se a serviço de alguém. Neste sentido poder diz respeito à *dominação* e está implícito em relações de forças.

No que diz respeito às relações de poder na escola, estaremos observando o espaço escolar e o clima da convivência entre os que fazem a escola.

Considerando a escola como espaço privilegiado *de e para* a convivência, surge desta afirmação o problema de pesquisa: *Quais as implicações das relações de poder no espaço escolar e na formação para a cidadania?*

Objetivamente, busca-se com esta pesquisa, compreender a dinâmica do espaço escolar como local onde as relações de poder estão presentes e quais conseqüências possuem para a prática educativa e para a formação da cidadania.

Como objetivos específicos temos: 1. Analisar como as relações de poder existentes na sociedade se manifestam no espaço escolar. 2. Compreender como a dinâmica das relações sociais influencia a própria dinâmica do espaço escolar. 3. Identificar como e quando as relações de poder e força estão presentes neste espaço, que é também pedagógico. 4. Em que medida as relações de poder na escola dificultam a formação da cidadania.

Este trabalho está composto por IV capítulos, de tal modo a complementarem-se. O primeiro capítulo expõe a INTRODUÇÃO e nela uma apresentação do trabalho, tendo presente o tema, a problemática e os objetivos da pesquisa, bem como a metodologia e a coleta dos dados.

O segundo capítulo diz respeito às relações de poderes existentes na sociedade e no sistema educacional. Também há um subtítulo que analisa o papel desafiador do educador nas relações cotidianas da escola e no espaço escolar como um todo.

O terceiro capítulo traz à reflexão a relação entre a educação e cidadania enquanto pressuposto importante para a construção de relações saudáveis, além do acesso aos direitos e deveres e o exercício pleno da cidadania. Neste capítulo aborda-se a educação enquanto instrumento de construção da cidadania e que tipo de educação se pensa para que a cidadania aconteça de fato, ou ainda, qual cidadania se quer.

Sendo assim, escolheu-se como principal referencial teórico, Foucault (1998), na reflexão e teoria sobre as dimensões do poder, e Freire (1986),

quando da proposição sobre formação e construção da cidadania, além de outros teóricos que contribuem nesta reflexão.

No quarto capítulo, especificaremos sobre as relações de poder na Escola, enquanto espaço do ser e do conviver, fazendo uma breve reflexão sobre o papel do poder exercido através do olhar e do corpo e especificando as relações de poder nas escolas pesquisadas. Trata-se também dos procedimentos metodológicos, características da pesquisa, o método utilizado, bem como a análise da pesquisa, tomando por instrumento a pesquisa qualitativa.

Tratar-se-á, também, do levantamento, análise e interpretação dos dados coletados junto aos alunos do Ensino Médio das Escolas, alvos da pesquisa. Por fim, tratar-se-á das conclusões e recomendações com base nos objetivos geral e específico que nortearam esta pesquisa.

Sendo assim, a metodologia utilizada na execução da pesquisa abrange a abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa procurou apreender as motivações e o conteúdo das manifestações sociais dos alunos, professores, diretores e supervisores, recorrendo para tanto a técnica da observação e do questionário.

O trabalho de sistematização das respostas dos participantes teve como objetivo identificar as categorias mais significativas, tendo como foco as relações de poder na escola, destacando quando e como era possível visualizar o poder autoritário, burocrático ou democrático.

A análise dos questionários revelou as principais mensagens dos participantes, assim como as divergências e convergências entre as diferentes turmas. A análise buscou extrair os pontos comuns e as percepções de cada um dos alunos envolvidos, tal como registraram.

A técnica da observação foi um dos instrumentos utilizados na pesquisa nas escolas em foco. A pesquisa foi realizada em duas escolas no município de Curitiba, compreendendo uma pública e outra privada, com alunos da 2ª e 3ª do Ensino Médio, perfazendo um total de 240 discentes, no ano de 2006, precisamente nos meses de março e abril. Com os professores fez-se uso do questionário também de questões abertas e com os diretores e coordenadores pedagógicos além do questionário, fez-se uso da entrevista.

A pesquisa, num primeiro momento, fez uso da observação, a qual foi realizada em quatro momentos significativos nas duas escolas, em dias diferentes. O que possibilitou à pesquisadora obter a oportunidade de formar uma opinião mais segura sobre todos os aspectos da escola com menos chance de ser influenciada por ocorrências isoladas, que não representariam o cotidiano daquelas escolas. Tal observação obedeceu ao roteiro elaborado previamente. Esse instrumento abordava a maioria dos aspectos físicos do ambiente escolar, dando maior ênfase às relações percebidas no mesmo ambiente, registrando as informações sobre o comportamento dos alunos, professores e demais funcionários, dentro e fora da aula.

O trabalho analítico do material qualitativo oferece a visão dos participantes desta pesquisa no seguinte quesito: como eles vêem e sentem as relações de poder na sala de aula e na escola como um todo?

Desta forma, entendendo a prática educativa como algo que se constitui e como uma das mais solidárias ações humanas, vê-se que não é tarefa para uns poucos, mas de toda a comunidade escolar, porque todos sofrem influência e são influenciados por práticas que se concretizam no interior do espaço escolar.

Nesse contexto, reavaliar o projeto político-pedagógico da escola é essencial, uma vez que ele é o instrumento que detalha a especificidade da escola, bem como suas relações, suas concepções e seu modo de intervir nesta realidade. A escola deve ter um marco político para se apoiar: *que modelo de sociedade, de homem, de educação, a escola persegue?* Tal projeto reflete as concepções que se tem e aonde se quer chegar como escola. Não deve ser um documento burocrático construído para cumprir tarefa da legislação, tão somente.

Ao contrário, quanto mais o projeto pedagógico estiver em ação e for do conhecimento de todos da escola, estará cumprindo a tarefa à qual foi construído: nortear e direcionar todas as ações da escola. Assim, os compromissos e as propostas serão efetivados, e o cotidiano será alvo de confrontos porque, entendendo assim, o projeto político pedagógico nunca será um documento institucional pronto, fechado; mas estará aberto a críticas e terá a possibilidade de ser realimentado sempre que se fizer necessário.

Parte-se da premissa que um princípio norteador fundamental num projeto pedagógico deve ser *humanizar as relações de convivência social*, o que significa estabelecer critérios humanos claros e que sejam da ciência de todos, a fim de que as relações no cotidiano da escola sirvam para construir ambientes favoráveis a construções da aprendizagem e da convivência saudável, democrática e solidária. Esta, no nosso entendimento, deve ser a tarefa da escola: re-humanizar o próprio homem, ajudando-o a construir a humanização da humanidade. Deste modo, este objetivo deve estar muito claro no projeto pedagógico e ser do conhecimento de todos para que, ao tomar conhecimento do mesmo, tenham clareza de que a escola de fato quer atingir seus princípios, seus objetivos, sua proposta. É necessário especificar as intenções que tem, aonde se quer chegar e porque se opta por esta ou por aquela concepção, teoria ou fundamentação.

2. RELAÇÕES DE PODER NA SOCIEDADE E NO SISTEMA EDUCACIONAL

Afirmar que vivemos hoje num mundo que se tornou pequeno e de onde estão sendo removidas as fronteiras, inclusive entre ricos e pobres, parece obviedade. A rapidez das mudanças e, sobretudo, dos meios de comunicação social, nos fazem vivenciar instantaneamente os acontecimentos ocorridos nas terras mais longínquas como se estivessem ocorrendo do nosso lado, e como se estivéssemos participando ativamente deles. Apesar de esta obviedade apresentar alguma consistência, um olhar mais crítico logo percebe que esta é uma leitura muito simplificada de uma realidade incrivelmente complexa. Um olhar mais crítico ainda iria detectar fortes traços ideológicos neste tipo de leitura: haveria um trabalho sistemático em curso para abafar graves conflitos encontrados nos mais diversos ângulos da realidade; aos que vivem destes conflitos não interessa trazê-los à tona.

Vivemos num mundo globalizado, nada mais fácil do que passar a impressão de que vivemos sob coordenadas comuns a todos os povos, a todas as culturas e a todas as religiões, com os conseqüentes reflexos sobre a ética e a educação. Mas, novamente, uma leitura cuidadosa, comandada pela dúvida metódica, nos levará a sermos bem mais precavidos. Pois, quando ultrapassamos o nível das generalidades, nos deparamos com alguns valores comuns, mas com um verdadeiro choque de civilizações. E convém ressaltar logo que este choque não se trava apenas entre grupos fanáticos, sejam estes do Oriente e do Ocidente. O fato é que mesmo numa União Européia, à mostra clara de um grande avanço, subsistem muitas realidades conflitivas, retrato de concepções diferentes de vida. Assim, um mesmo planeta, que se tornou incrivelmente pequeno, apresenta-se como mapa de relevo, onde as relativamente poucas planícies estendem-se a partir de montanhas e vales.

O cotidiano do trabalho do professor é tipicamente direcionado a uma pedagogia de produção que deve ser alimentada por sofisticados sistemas de comunicação e interação em escala cada vez mais ilimitada entre o local e o global, o específico e o geral, o provável e o inimaginável. Desde o final do século XX, o acesso e o tratamento dado ao conhecimento no espaço escolar ultrapassam o culto

à reprodução mecânica e à memorização repetitiva. O desafio do professor, então se torna uma questão paradoxal. O ato de aprender, pois, implica em um processo de assimilação, relação e aplicação de conceitos, conteúdos ou princípios dentro de uma atividade que seja significativa para o sujeito que processa as articulações possíveis dos sentidos aos elementos que lhes foram propostos. Assim sendo, aprender é processar e articular informações, sempre mediadas pelas constantes relações; já ensinar resulta no processo de reconhecimento do tipo de informações que se quer reter ou guardar para si.

A educação, como estrutura socialmente determinada, reflete o conjunto das contradições que permeiam o contexto social. É no contexto dessas contradições que se situa a expectativa de que a escola contribua para a formação de pessoas capazes de analisar criticamente a realidade na qual estão inseridas e exercer participação cidadã em seu entorno.

Neste sentido entende-se que a educação tem uma tarefa muito importante no sentido de fazer veicular informação e estas se tornem significativas no processo de aprendizagem de cada indivíduo, até porque a aprendizagem é sempre um processo individual em que cada aluno possui seu tempo e seu ritmo próprio.

Assim, ao refletir neste capítulo sobre as relações de poder no espaço escolar, importante será ressaltar que localizar o poder em um lugar específico, pontualmente o Estado, por exemplo, não é tudo, pois existem relações de poder, e estas estão presentes não apenas no aparelho estatal. Conceituar as relações de poder somente interligadas ao campo institucional do Estado parece ser simplista, ver o estado como ponto de referência do poder não corresponde a toda sua amplitude. Conceber as relações de poder restritamente, mascara seu caráter extremamente amplo.

O Estado é uma esfera de poder jurídico e político que possui poder, mas o poder não se restringe ao Estado, não é a única referência de poder. Deve-se tratar o poder inserido nas relações e não entendê-lo vulgarmente através de concepções que o coisificam.

Segundo a ótica foucaultiana, as relações de poder se manifestam de múltiplas formas, não possuem localização, nem sujeitos específicos.

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, e em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 2003, p. 179).

Ter o poder, buscar o poder são expressões que se transformam em coisa, algo que se tira ou se dá, que se conquista ou se perde. O poder é composto por relações dispersas em toda a sociedade, todos são sujeitos e objetos de poder.

O poder não deve ser encarado exclusivamente como algo que atua sobre nós, como se nos limitássemos a ser objetos de sua ação. Ele também é exercido por nós, o que nos coloca simultaneamente na condição de sujeitos e objeto do exercício do poder (PARANHOS, 2000, p. 56).

Entender o poder como algo palpável, como uma coisa que se compra, consiste em um grande engano. O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se delega e se exerce, só existe em ação, como também na afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.

2.1 Relações de Poder na Sociedade

Todos vivemos sob o peso de regras que limitam nosso comportamento. A interação política, “jogo de poder”, é regulamentada estritamente, mais do que o jogo do mercado. Um sistema político consiste, em essência, num sistema de regras que especificam os diferentes papéis a serem desempenhados.

Lindblom (1994, p. 40), afirma que, com sua dependência de regras, o jogo do poder parece de fato um jogo de xadrez. A interação política quase nunca

degenera os participantes, e mesmo quando isto acontece os participantes normalmente obedecem às regras informais baseadas na tradição.

Pode-se definir os formuladores de políticas como aqueles que participam do jogo de poder com autoridade sobre as tantas políticas. As regras determinam o jogo do poder, e a regra mais importante é a da obediência, que é instituída pela autoridade.

Desta forma, constata-se que as relações de poder, à semelhança da que acontecem na sociedade, estão presentes na Escola e nos relacionamentos, porque lá também existe hierarquia – autoridade, pessoas que detém um poder que foi conferido por alguém e a regra que normalmente está presente é uma relação de mando – obediência.

Na prática, percebe-se que a autoridade funciona como um controle ainda mais importante e forte sobre determinada pessoa ou grupo, exercendo uma influência e passando a controlar determinadas decisões de grupos, manifestando uma forte relação de poder, sobre o grupo ou pessoas, até porque a autoridade tem poder (influência, competência) e pode estar entrelaçada com mecanismos de forças.

Foucault (2003, p. 183), apresenta as "relações de poder como constitutivas da vida social concebendo os indivíduos como transmissores que o poder perpassa sendo, assim, efeitos do poder". Afirma ainda, que o poder penetra na vida cotidiana não se fixando apenas nas relações estatais, e essa característica é denominada "micro-poder". Afirma também que esses "micro-poderes" possuem uma história específica e se relacionam com o poder presente no aparelho do Estado. Essas duas modalidades de poder se articulam, os micro-poderes não são subordinados ao poder estatal, se entrecruzam, mas não são interdependentes, nos diversos níveis das relações sociais.

O poder não é apenas dominação, mas também se articula a partir dessas relações em que a realidade se configura. As relações de poder estão presentes em toda vida social: na igreja, na família, na escola, no estado, na indústria, nos hospitais, etc.

O Estado, sua política, suas formas, suas estruturas, traduzem, portanto, os interesses da classe dominante não de modo mecânico, mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento. (POULANTZAS, 2000, p.13)

Desta forma o estado não se reduz à relação de forças, ele apresenta uma opacidade e uma resistência próprias. O poder não é alguma coisa que se adquire, se subtrai ou se divide, alguma coisa que se guarda ou que se deixe escapar: o poder, isso que não é uma instituição, não é uma estrutura, não é uma determinada capacidade em que alguns seriam dotados: é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade.

Foucault (1997), defende que o poder na sociedade não é só relação restritiva e repressiva, mas existe um lado positivo no poder. Encontramos esta positividade na transformação do sujeito para a produção. É esse lado positivo que justifica o adiestramento, o aprimoramento e o disciplinamento, que impõe sobre o corpo dos indivíduos para torná-lo dócil a fim de que possa corresponder a expectativas determinadas. São práticas assumidas, através de métodos de controle minucioso das operações do corpo, do estudo detalhado do tempo, espaço e movimento para assegurar uma relação de docilidade – utilidades dos indivíduos pelos indivíduos. É desta forma que se pode compreender como as relações de poder se fazem presentes na sociedade como um todo.

2. 2 Relações de Poder no Sistema Educacional

A Educação é o processo de efetivação da humanidade em nós, por isso é preciso entender a ação de educar como uma ação formadora e não como uma ação meramente instrutora. Entendida como processo, é um contínuo estar a caminho, e neste processo se instala a tensão entre o que já se sabe e o que está por vir. Em educação não pode haver lugar para a conclusão, para a última palavra.

Ela é movimento através do qual nos reconhecemos abertos, inacabados e nos projetamos ao sempre mais. Neste sempre mais está o desafio da educação, oferecer condições viáveis ao aluno e ao professor para ir se formando, ir se humanizando, pois a tarefa da educação e da escola é tornar a humanidade que está em cada pessoa, mais humana, mais social. Paulo Freire (1997, p. 107) afirma que

A educação deve ser vista como uma relação horizontal, que nasce de uma matriz crítica e gera criticidade. Nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da confiança. Por isso só o diálogo comunica. E quando os dois pólos do diálogo se ligam assim, com amor, esperança e confiança, se fazem críticos na busca de algo e, assim, instala-se uma relação de simpatia entre ambos.

Deste modo, a escola enquanto instituição social é vista como uma resposta aos pré-requisitos funcionais da sociedade em conjunto. A prioridade é atribuída à ação cultural da escola que mobiliza os indivíduos e os integra aos grandes grupos, através de um trabalho de socialização. Nota-se que o espaço de práticas escolares não é identificado como tendo um valor em si mesmo, revelando um discurso unívoco, pois a sociologia da educação descreve e justifica a funcionalidade dos sistemas de ensino que renovam as desigualdades que continuam a se manifestar na e pela escola.

A escola, enquanto espaço onde as informações são processadas, assimiladas e socializadas; tem a tarefa de torná-las significativas para o cotidiano do aluno. Não basta e não pode, simplesmente, reproduzir e repassar de forma mecânica e repetitiva conteúdos e informações. Cabe à escola, enquanto espaço privilegiado de formação, fomentar discussões, contribuindo para que as relações se tornem mais humanas e solidárias, a fim de que, neste espaço, se consolide uma educação que faça emergir as possibilidades de que cada aluno é portador, porque, substancialmente, educar é formar. Educação tem a ver com construção dos sujeitos, com individualidade, com participação, com socialização.

Foucault (1988, p. 171), afirma que a “*escola é o espaço onde o poder disciplinar produz o saber*”. Pode-se dizer que o professor em sala de aula utiliza-se da estratégia do poder. Candau (1996, p. 87) aponta a escola como o lugar

de relações, de formação, pois é nela que acontecem as experiências pessoais de professores e alunos.

É no cotidiano escolar que professor e aluno aprendem, desaprendem, reestruturam o aprendizado, fazem descobertas, estruturam formas de pensamento e constroem crenças, conceitos e concepções. De uma forma ou de outra, a escola, com sua cultura, seu espaço e sua dinâmica, continua sendo o lugar de construção coletiva dos saberes, crenças e mitos que precisam ser analisados.

Sendo o ser humano um ser social por natureza, desde cedo vive em sociedade, faz parte e forma grupos com pessoas das mais diversificadas crenças, origens e personalidades. É, em si mesmo, um ser de relações e sua efetivação como sujeito que se constrói carece de um tecido social. Aristóteles defendeu insistentemente a natureza política, isto é, sociável do ser humano, chegou a apregoar que *“quem não pode entrar a fazer parte de uma comunidade ou quem não precisa de nada, bastando-se a si mesmo, não é parte de uma cidade, mas é ou uma fera ou um Deus”*.

Os homens não vivem nem agem simplesmente isolados uns dos outros, mas estabelecem, em sua ação, múltiplas relações entre si. São precisamente, as formas destas relações que podem fornecer um critério para distinção dos tipos de ação que constituem a vida concreta dos homens na história.

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização de mudanças em nível profissional e comportamental. Desse modo, como podemos ignorar a importância de tal interação entre professor e aluno?

Quando falamos em relações fundamentais da pessoa humana, queremos dizer que o ser humano funda-se em relações. Isto significa que a individualidade de cada ser humano é intrinsecamente social. E, sendo a educação uma prática social, histórica e concreta; ela está intrinsecamente associada ao próprio processo de construção do homem e do mundo humano; podendo, inclusive, favorecer a desintegração do homem na sociedade. Neste sentido, a educação é uma prática política.

Assim, a Escola, enquanto organização burocrática e complexa, tem em sua estrutura um corpo de princípios e valores dados pelo sistema educacional, por meio de leis, decretos e papéis formalmente estabelecidos, e um outro corpo de

princípios e valores construídos e reelaborados no seu interior, pelos participantes do processo educacional. Esse corpo de valores e princípios é constituído na cultura da organização escolar e direciona grande parte das interações presentes nessa cultura.

Daí porque Foucault (1977, p. 79) afirma que o poder disciplinar produz comportamentos e melhora o tipo de homem necessário para a manutenção da sociedade. As relações que se dão no contexto social estão permeadas pelo jogo de poder, ou seja, pela capacidade de uns exercerem o poder sobre os outros. E a escola tem o papel de construir o poder disciplinar.

Sabe-se que a escola não é apenas espaço de reprodução. Percebe-se que os Sistemas de Ensino são formas de expressão do poder do Estado, no que diz respeito à administração da educação. Porém, é verdadeiro também, que esse gerenciamento é realizado por pessoas, os educadores, que recebem do Estado esse poder. Assim, pode-se pensar que o que está em jogo é o tipo de gestão que estes trabalhadores da educação conferem ao seu espaço e às suas ações. Os trabalhadores educacionais assim como os demais trabalhadores são levados a agir na dinâmica da divisão social do trabalho técnico, como analisa Severino (1994, p. 69)

“Desse modo, a divisão técnica do trabalho social, destinada a garantir a produção econômica, leva a uma divisão social do trabalho técnico, de tal modo que o poder econômico, caracterizado pela propriedade dos meios de produção e dos bens produzidos, transmuta-se em poder político, traduzido pela disposição do domínio sobre os próprios sujeitos produtores. É que o poder político, para se constituir e se consolidar, precisa integrar tanto elementos econômicos como elementos ideológicos, unindo e fazendo convergir aspectos das esferas do saber e do poder”.

O ser humano é relacional, vive como pessoa e se desenvolve com tal, criando relações de encontro. Nesta dinâmica vai aperfeiçoando-se, educando-se, completa-se e supera-se a si mesmo, sempre. Deste modo, pode-se afirmar que a tarefa da educação, enquanto instituição formadora é não apenas transmitir conhecimentos, mas promover atitudes, despertando para o sentido da vida, num propósito de educar vitalmente.

Se examinarmos a história da educação, veremos que ela sempre esteve majoritariamente associada à manutenção da sociedade onde é vivenciada. Assim pode-se constatar que a educação tem servido historicamente para recriar nas gerações mais novas a mesma estrutura da sociedade onde está situada. A função tem sido a adaptação. É verdade que essa história também é perpassada por contradições e resistências a essa tendência hegemônica. Porém se constata que, mesmo tendo consciência disso, por vezes há ainda instituições que consciente ou não, na sua prática, reproduzem suas ações, ao invés de buscarem outros caminhos que possibilitem conhecer a mudança, a qual passa pelo conhecimento e por outras concepções, e não só.

Assumido o ponto de vista exposto, é preciso, no entanto, não ceder à tentação de pensar que nada muda e que as influências externas às quais a escola está sujeita nada possibilitará de avanço. Não há como escapar totalmente das grandes tendências sociais, como neoliberalismo, mundialização e etc., tendências estas que influenciam também a educação e a escola. Por isso, a importância de se ter clareza e consciência do que se espera da educação para não acontecer que, ao afirmarmos algo, estejamos contraditoriamente assumindo posturas, práticas, concepções e modelos que venham reafirmar atitudes de manutenção e adaptação ao que está posto.

A sala de aula se constrói no relacionamento entre seres humanos, e o diálogo deve ser uma característica muito presente, pois o ato pedagógico não consiste simplesmente em *comunicar o mundo*; mas, através do diálogo, criar condições de aprendizagem, a fim de que esta tenha sentido. Ao se vivenciar o diálogo, educandos e educadores adquirem condições de criar um clima de questionamentos, de problematização do mundo e de si próprios. Naturalmente, isso favorecerá o conhecimento crítico e a construção da autonomia.

Analisar as relações de poder na escola será relevante, uma vez que a própria palavra educação tem sua raiz na relação e não se educa no vazio e aleatoriamente. Somente humanos são educados, são, portanto, seres relacionais por natureza. Ao pensar a educação segundo esta ótica, o processo educativo passa necessariamente pela relação e inter-relação com a pessoa a se educar. E é

justamente no espaço cotidiano da escola, espaços formais e informais, que a educação acontece sem que muitas vezes se dê conta.

Refletir sobre relações de poder na escola, nos remete a um tipo de gestão nestes espaços escolares. Assim, para se ter maior clareza de como as relações se dão nos espaços educativos é necessário primeiro conhecer o tipo de gestão a que tal instituição se propõe e desta forma passar a analisá-la.

O poder deve ser analisado como algo que funciona em cadeia. Ele é relacional, está aqui e ali. Esta está nas mãos de alguém, por meio da relação que este alguém estabelece com alguém e, sendo assim, a relação define o tipo de exercício de poder que se estabelece nas demais relações.

Exercer pressão constante sobre os alunos para que todos dêem atenção nos estudos, façam as tarefas e respeitem as normas é parte de um sistema punitivo, normatizador. O normal se estabelece como princípio de coerção e com ele o poder de regulamentação. A relação hierárquica no ambiente escolar revela como a disciplina *dociliza os corpos* e os coage numa constante utilização. Fica entendido que o poder se expressa nas diversas relações sociais, assim pode-se falar em relações de poder.

Como especifica Foucault (1977, p. 155-156), o edifício da escola devia ser um aparelho de vigiar, mas esse aparelho necessita para a eficácia da disciplina de uma vigilância hierárquica, o olhar disciplinar teve de fato, necessidade de escala. É preciso decompor suas instâncias, mas para aumentar sua função produtora. Especificar a vigilância, mas para aumentar sua função produtiva.

Por exemplo, a exigência da distribuição das classes em fileiras, com alunos em ordem e uniformizados, bem como o cumprimento de todo horário de aula têm como objetivo garantir a obediência dos alunos, e uma melhor utilização do tempo. Carteiras distribuídas lado a lado sem nenhuma comunicação, muros altos, portões fechados, evitando pouco relacionamento com o mundo externo. Esta estrutura necessária, Foucault a define como sendo monitorada. Trata-se de uma forma de controle e vigilância sobre os alunos: quem está no corredor observa toda movimentação de quem sai ou chega, além do seu movimento no espaço escolar.

Delors (1996, p. 97-98) afirma que a educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por

outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade a escola deve, pois, aproveitar todas as coisas para esta dupla aprendizagem. Assim, por exemplo, é neste contexto de relação e poder que a escola cumpre seu papel quando educa para a humanização das relações.

Portanto, com a reflexão sobre as relações de poder no sistema educacional tem-se a clareza de que o poder está presente em todo e qualquer relacionamento e, tratando-se do campo educacional, também aí podemos ver sua presença.

2.3 O Papel desafiador do Educador nas relações cotidianas

A humanidade vive, hoje, um momento marcado por grandes transformações, decorrentes, sobretudo do avanço tecnológico, nas diversas esferas de sua existência na produção econômica de bens naturais, nas relações políticas da vida social e na construção cultural. Essa nova condição exige um redimensionamento de todas as práticas mediadoras de sua realidade histórica, seja o trabalho, a sociabilidade e a cultura simbólica. Espera-se da educação, como mediação dessas práticas, que se torne, para enfrentar o grande desafio, investimento sistemático nas forças construtivas dessas práticas, de modo a contribuir mais eficazmente na construção da cidadania, tornando-se fundamentalmente educação do homem social.

A educação, como processo pedagógico sistematizado de intervenção na dinâmica da vida social, é considerada, hoje, objeto priorizado de estudos científicos com vistas à definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades.

Nossa reflexão não pode desconsiderar o fato de que vivemos numa sociedade em que somos, a todo o momento, desrespeitados, violentados. A Escola

precisa criar um ambiente diferente daquele em que as crianças e adolescentes vivem. Dessa forma, um princípio norteador fundamental será humanizar as relações de convivência social. É tarefa da escola re-humanizar o próprio homem, ajudando-o a construir a humanização da humanidade. A prática educativa, no seu cotidiano, se constitui numa das mais solidárias ações humanas. Esta não é tarefa para uns poucos, mas para a comunidade como um todo.

Quase desnecessário lembrar que a escola não é autônoma, ela e também o professor e os alunos sofrem as influências e influenciam a sociedade. Desse modo, a prática docente e as atividades escolares são práticas políticas. Há algumas mudanças na sociedade que implicam mudanças diretas no sistema escolar, porém várias políticas de educação ou propostas administrativo-pedagógicas impõem alterações diretas no cotidiano escolar de alunos e professores, sem que sejam alterados saberes e crenças compartilhados pelos professores. Sabe-se que a sala de aula é o lugar onde se tece uma complexa rede de relações e na medida em que o professor não consegue perceber essa teia, ele concentra os conflitos na sua pessoa ou em alguns alunos.

Temos um passado marcado pela exploração, dominação e exclusão, marcas contundentes de um percurso, em que o escravismo, o colonialismo, o imperialismo e o autoritarismo se fizeram presentes, perpassados pela ausência do direito e, conseqüentemente, da cidadania daqueles que faziam parte deste sistema ou naquela realidade em que estavam inseridos. Nesse sentido, a escola tem se mostrado um campo onde se reproduzem as relações que se estabelecem na sociedade e, por vezes, tem sido um instrumento de reprodução da ideologia dominante, na sua prática institucional efetiva. Essa idéia permite-nos entender que

“A escola deve constituir-se em um espaço propício para a compreensão da realidade social, na medida em que se faz capaz de promover a articulação do processo educacional com o conjunto das relações sociais mais globais. Desse modo, a escola resulta ser um instrumento básico para o exercício. É condição indispensável para que a cidadania se constitua num exercício, transformando a instituição escola num grande laboratório de experiências democráticas”. (SOUZA, 2003, p. 131).

Para refletirmos sobre o significado e o sentido de ser professor, antes é necessário refletir, sobre os termos *significado* e *sentido* em si mesmos e, somente depois, aplicá-los à condição do profissional do magistério nos dias de hoje, pois significar alguém ou alguma coisa é assumir diante desta pessoa ou objeto uma atitude de não-diferença, atribuindo-lhe determinado valor para nossa existência. Quando assumimos, diante do que quer que seja, uma atitude de indiferença, isso significa que aquilo não tem para nós valor algum. Quando, ao contrário, significamos algo, esta significação poderá ser positiva ou negativa. A escola, enquanto instituição formadora tem a tarefa de trabalhar significados através de conteúdos que tragam significado, isto equivale dizer, que os mesmos devem ser contextualizados e possuir um significado para a vida do educador e do educando, caso contrário, a educação não estará cumprindo seu papel social que é o de aproximar o conhecimento à realidade do educando para que seja incorporado ao conhecimento que o educando traz como primeira premissa.

Tanto na escola, quanto em outros ambientes, os diferentes tipos de relações estão sempre presentes. Dependendo do ambiente e das situações pode haver uma que predominará sobre as demais. Dos tipos de relações existentes pode-se destacar:

- a) relação burocrático-formal.** Esta é uma relação formal, em que a interação – seja ela com o aluno, com as famílias ou educadores – é de poucas palavras, somente para cumprir um compromisso de que a lei dispõe nos costumes da cultura escolar. Cumprir tarefa. Pouco envolvimento afetivo.
- b) relação pragmático-utilitarista.** A escola tem uma visão instrumental da família, do educando e dos educadores, isto é, vê a família e todos da escola como fonte de recursos materiais, financeiros e de trabalho. A limitação da postura pragmática-utilitarista está no fato de não haver envolvimento mais pleno.
- c) relação participativa e democrática.** Nesta relação, todos da comunidade escolar são vistos como partes interessadas no sucesso escolar dos alunos e, para tanto, todos atuam de

forma comprometida, objetivando convergir todos os esforços para o bem comum, isto é, atingir os objetivos a que a escola se propõe: a aprendizagem do educando. Esse tipo de relação requer um verdadeiro e profundo compromisso ético-político por parte dos educadores. Humildade, solidariedade, determinação e coesão em torno de objetivos comuns e constância de propósitos na perseguição destes objetivos são ingredientes indispensáveis para a construção de uma relação participativa e, verdadeiramente democrática; seja na escola ou entre seus envolvidos.

Não é difícil constatar que, na grande maioria das escolas, estamos ainda longe de uma verdadeira relação participativa e democrática na relação com educandos, famílias e educadores. Esta constatação, no entanto, não deve servir para desânimos. Ao contrário, ela nos deve servir de incentivo para que perseveremos cada vez mais neste caminho, pois é através dele que a escola poderá ressignificar a educação e o educador.

O campo educacional – como não poderia deixar de ser – sofre, também, a invasão do desencanto. De uma forma ou de outra, todos parecem concordar que as coisas, dentro da escola, não vão bem. Tem-se mais dificuldade em atingir o educando, fazendo-o estar mais atento à proposta dos educadores. Sofre-se com o bombardeio de informações, importantes e interessantes muitas vezes, para a vida do educando, por outro lado, constata-se a grande dificuldade em manter o educando atento, interessado e comprometido com o próprio crescimento. Mais difícil, ainda, é fazer com que os conhecimentos que estão sendo adquiridos sejam elaborados e, a partir daí, dêem lugar ao novo e significativo conhecimento, tornando-o vida no seu cotidiano. É sempre um desafio para escola, educadores e família.

Para alguns, a boa escola, significa *“formar para responder competitivamente as demandas do mundo produtivo, outros julgam que uma escola de qualidade permite uma rápida inserção dos alunos no mercado de trabalho. Há ainda, os que manifestam sua opinião dizendo que, a boa escola deve permitir obter um bom emprego e assim progredir na vida”*.

Hoje, mais do que nunca, há razões de sobra para afirmar que uma outra escola é necessária, urgente e possível. Como?

A escola, como centro privilegiado de formação das novas gerações, local propício para a assimilação da nova mentalidade, não pode abster-se de encarar esta realidade que está aí, com toda a história e capacidade de inovação. A escola é chamada a oferecer sua específica e insubstituível contribuição para o nascimento de um novo humanismo, fruto de uma busca passional pela verdade sobre o homem, deliberadamente educacional, pautada em valores básicos, com os quais será baseado o futuro na terra. Esta é uma tarefa que a escola não pode se eximir de cumpri-la, uma vez que forma mentes e consciências de pessoas.

Uma das principais tarefas da educação é produzir mais humanidade. O principal não é produzir mais riqueza ou desenvolvimento tecnológico, todas as coisas que, por outro lado, não são desprezíveis. Mas o fundamental da humanidade é produzir mais humanidade... (SAVATER, 1999, p. 52).

Esta é a tarefa essencial da educação, "*despertar o ser humano que todos temos dentro de nós. Ajudando cada aluno a se conhecer e a valorizar-se, descobrindo-se como ser de possibilidades*". (Mounier, in Esclarin, 2006, p. 52)

Não pode haver espaço escolar desconectado da realidade, com os conflitos que estamos assistindo e que muitos sofrem na própria pele. As violências, as libertações, o positivo que acontece nas ruas, nas escolas, na vida, também devem ser socializados, sobretudo como um desafio que pode ser enfrentado por todos da escola.

Considerando que o ser humano aprende o tempo todo, nas mais diversas instâncias que a vida lhe apresenta, o papel da família é fundamental, pois é ela quem decide, desde cedo, o que seus filhos precisam, toma decisões e acompanha as diferentes etapas da vida social, estudantil, etc.

A convivência e o relacionamento familiar com a escola são fatores fundamentais para o desenvolvimento individual. A inserção da criança no universo coletivo, a mediação entre ela e o mundo, entre ela e o conhecimento, sua adaptação ao ambiente escolar, o relacionamento com os professores e

funcionários da escola, a convivência com os colegas, são fatores decisivos para seu desenvolvimento social.

Deste modo, família e escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano: são marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambos, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito. A participação dos pais na educação formal dos filhos deve ser constante e consciente (ainda que os filhos estejam iniciando a vida escolar ou estejam em seu término). Vida escolar e vida familiar são simultâneas e complementares. É importante que pais e filhos compartilhem experiências, entendam e trabalhem as questões envolvidas no dia-a-dia sem cair em julgamentos, culpas, mas buscando compreender as nuances de cada situação, uma vez que tudo o que se relaciona aos filhos tem a ver, de algum modo, com os pais e vice-versa, bem como tudo o que se relaciona aos alunos tem a ver, sob algum ângulo, com a escola e vice-versa.

Assim, cabe à família e à escola a preciosa tarefa de transformar o sujeito imaturo e inexperiente em cidadão maduro, participativo, atuante, consciente de seus deveres e direitos, possibilidades e atribuições.

O cotidiano da escola, sendo ele articulado por pessoas, alunos, professores, funcionários, equipe diretiva, comunidades interna e externa, é tecido por relações que se estabelecem entre as diferentes pessoas envolvidas neste processo de gerir a escola e/ou a sala de aula.

Consciente de que é na família que se vivencia a primeira forma de amor e que também ela é responsável por humanizar e socializar o ser humano, a escola tem, nos pais, parceiros. Acredita-se que a participação da família é muito importante e é esta participação que vai oportunizar que a família acompanhe todo o processo de escolarização do filho, independente da série em que se encontre. Assim, a escola faz uso de diferentes instrumentos para comunicar os pais das diferentes atividades e processos da escola, a fim de que, em diferentes momentos e tempos, possam estar acompanhando a vida estudantil de seus filhos.

Para chegar até a família, a escola faz uso de diferentes instrumentos, dentre eles a agenda escolar, a qual permite que escola e família se relacionem e cheguem a conhecer comunicações, orientações, decisões e normas

pré-estabelecidas. Deste modo, a escola dispõe da agenda como veículo de comunicação e, ambas, entendem que este instrumento privilegia contatos entre professor e a equipe escolar, facilitando a unidade e a comunicação entre família/escola.

Deste modo, entende-se que a agenda é um documento que privilegia as diferentes comunicações e, portanto, seu uso é positivo, mas este veículo de comunicação pode se converter em um instrumento de poder da escola, uma vez que seus registros são permanentes, e aquilo que seria uma estratégia de interação pode tornar-se punição e instrumento de poder sobre o aluno. Deve-se ter tal cuidado, para que a relação mediada pela agenda não se torne negativa.

É nesta perspectiva que a escola abre seus espaços para contribuir com os pais na formação da criança, do adolescente e do jovem que a procura. Assim, a escola quer ser o espaço de formação e preparação das novas gerações. Aproximar-se dos alunos como alguém que os quer bem e está ali para apoiá-los nas suas necessidades.

Por isso, entende-se que o professor é o mediador dos processos e, portanto, sua ação deve ser sempre voltada para o crescimento do aluno, enquanto sujeito de sua própria formação.

A escola como um todo, à partir da direção, está disposta a construir com a família uma relação de diálogo mútuo, onde cada parte envolvida tenha seu momento de fala e exista uma efetiva troca de saberes. A construção dessa relação implica em capacidade de comunicação, a qual exige compreensão da mensagem que o outro quer transmitir. Para tanto, se faz necessário, a competência e o desejo de escutar o que está sendo expresso, bem como a flexibilidade para apreender idéias e valores que podem ser diferentes dos nossos.

A escola, na sua função social, tem a intenção de formar e educar para a autonomia, criticidade e cidadania. Paulo Freire (1987, p. 45) nos lembra que *“a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação da realidade, que se torna autêntico na unidade dinâmica e dialética com a prática de transformação da realidade”*. O ser humano é um ser aberto. O único ser capaz de conhecer e saber que conhece. E enquanto houver em nossas estruturas situações de opressão, dominação, desigualdade e injustiça, a educação

só poderá ter uma finalidade: a de ser libertadora. Embora, a opressão não seja explícita, suas raízes penetram na intimidade da escola, contaminando as relações pedagógicas, mudando somente o nome: poder centralizador.

Da reflexão anterior, nasce a necessidade de que é preciso reformular a escola, torná-la um local privilegiado de formação da nova individualidade. A escola está atrasada, dizem os neoliberais. Sim, mas em relação a quê? Qual o papel da escola na sociedade brasileira?

O novo papel da escola parece ser o de dotar os indivíduos de *armas modernas* para a acirrada competição do mercado. Toda e qualquer habilidade gerada ou conteúdo desenvolvido deve estar a serviço deste objetivo maior. Mas será só isso a tarefa da escola e da educação como um todo?

Alguns se posicionam dizendo que o estímulo à competição é fundamental neste contexto, pois não há espaço para todos nesta estrutura produtiva.

Ao refletir sobre o papel da escola na formação dos docentes, entendemos que educar os estudantes é libertá-los dos entraves e torná-los capazes de se libertar dos obstáculos e das barreiras que dificultam seu desenvolvimento pessoal. A verdadeira educação, no dizer de Freire (1977), é 'verdadeira libertação'. E esta é para a vida toda.

A educação ao longo de toda a vida não é um ideal longínquo, mas uma realidade que tende, cada vez mais, a inscrever-se nos fatos, no seio de uma paisagem educativa complexa, marcada por um conjunto de alterações que a tornam cada vez mais necessária. Para conseguir organizá-la é preciso deixar de considerar diferentes formas de ensino e, aprendizagem como independentes umas das outras, de alguma maneira, sobrepostas ou concorrentes entre si e procurar, pelo contrário, valorizar a complementaridade dos espaços e tempos da educação moderna. (DELORS – UNESCO, 2001, p. 104).

Educar é um processo de ajuda ao ser humano, para torná-lo capaz de formular e realizar seu próprio projeto pessoal. Daí que seu fundamento está justamente no ser do indivíduo, para o qual a educação pode ser o grande suporte.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996)

Decorrente desta afirmação, fica claro para a escola que sua função é despertar no indivíduo o sentido da vida pessoal e comunitária, daí a formação para a convivência.

O sentido da educação, segundo Hengemühle (2004, p. 239), “é ajudar o educando a caminhar rumo à realização do seu grande desejo: *entender por que as coisas são como são*. Nesse sentido, a educação escolar pode possibilitar ao educando a oportunidade de compreender o sentido das coisas, de si próprio e despertar para o sentido da vida”.

Segundo documento da UNESCO, os saberes serão a base para a competência e a educação deve, então, propiciá-los. Delors (2001, p. 89), afirma:

A educação deve transmitir de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivo, adaptado à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informação, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos.

Ainda, Delors (2001), afirma que cabe à educação o papel de norteador, de indicador: *"será bússola que permite navegar através dele"*. Apenas acumular conhecimento, do começo ao fim da vida, não basta.

Reportando-se a Morin (2001, p. 23), percebe-se que hoje as escolas, bem como todas as instituições regulares de ensino, preocupam-se mais em manter os alunos com a *cabeça cheia* do que com a *cabeça bem-feita*, ou seja, a escola faz deles *entes ambulantes em vez de cidadãos participantes*.

O educador, enquanto responsável por dinamizar o processo ensino-aprendizagem, é o indivíduo que deve aperfeiçoar a arte do diálogo para promover a escuta atenta e respeitosa de seus alunos. À medida que os processos vão

acontecendo, todos os envolvidos são chamados a cultivar atitudes respeitadas entre os seus pares. Até porque a escola é, na sua essência, um sistema resultante de relações sociais e estas ultrapassam os limites da sala de aula. Deste modo, fica claro que todos os sujeitos da comunidade escolar são responsáveis por tecerem relações que construam ambientes mais humanos e humanizantes.

Não há dúvida de que, em ambientes acolhedores, descontraídos, onde as ações são menos autoritárias, a aprendizagem flui de forma mais eficiente, duradoura e significativa. Enquanto que relações autoritárias geram pessoas submissas, inseguras, medrosas, impotentes. Assim, a partir de tais constatações fica mais claro que a tarefa da escola é dar condições para que os educandos tenham oportunidades para expressarem suas idéias, seus posicionamentos, seus pontos de vista, etc. Vive-se, em tempos, em que a informação está à disposição e, mesmo assim, constata-se que a escola ainda reluta, quando se trata de investir em inovações, mudança de posturas e concepções.

Olhando as relações de poder estabelecidas dentro das escolas pelos seus diferentes profissionais – direção, equipe técnica, professores, funcionários e alunos – percebe-se, embora na maioria das vezes de forma disfarçada e mascarada, a luta travada, no interior dessas instituições, pelo adestramento das pessoas, visando maior controle sobre seus comportamentos e gerenciamento das suas vidas. Esse controle tem função utilitarista, pois instiga a diminuição da capacidade de questionamento, crítica e espontaneidade, aumentando, conseqüentemente, a docilidade. Assim, se ganha o controle sobre as situações do cotidiano, inclusive quanto ao modo de pensar e conhecer.

A Escola deve contribuir para tornar visível o que o olhar normalizador oculta. Deve ajudar a interrogar, a questionar, a compreender os fatores que, historicamente, contribuíram na produção da barbárie que supõe negar os mais elementares direitos humanos e sociais às grandes maiorias.

Na visão de Tragtenberg (1986, p. 40), sem escola democrática, não há regime democrático: portanto, a democratização da escola é fundamental e urgente, pois ela forma o homem, o futuro cidadão.

No caso específico da relação entre professor e aluno, não é raro encontrarmos o processo avaliativo sendo usado como elemento concreto desse poder controlador, disciplinador e, por vezes, excludente e discriminatório.

A relação professor aluno é uma relação comunicativa. No processo de ensino-aprendizagem, o professor, ao comunicar-se com os alunos, faz com que estes, por seu intermédio, comuniquem-se uns com os outros e com a realidade, com os conhecimentos e os valores.

A comunicação pedagógica se realiza efetivamente no diálogo. O diálogo se faz na diferença e na diversidade. Há que existir, portanto, na prática docente, espaço para a palavra do professor e do aluno, para o exercício da argumentação e da crítica (RIOS, 2001, p. 129).

Freire (1997, p. 176), propõe que educar é, fundamentalmente, *pôr-se em relação*. Quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender. Aprender precede ao ato de ensinar, pois o mesmo inexistente sem aquele. Assim, ao colocar o foco no *aprender a aprender*, como tarefa permanente, compreendemos a escola como um lugar de aprendizagem, porque reservado ao encontro de uma comunidade educativa que ao *buscar* elaborar conhecimentos, produz sentido e, conseqüentemente, produz saber.

Caminho? Provavelmente, o da busca incessante de compreender os mecanismos de dominação presentes no estabelecimento das relações, as quais devem ser mais democráticas e amistosas. Além do desenvolvimento de competências e habilidades pessoais que nos permitam usar, adequadamente, nossa autonomia e capacidade de fazer opções. Bem como, o aprimoramento de uma visão crítica de mundo e de sociedade; o fortalecimento das nossas crenças e da nossa coragem de lutar por escolas onde a participação seja muito maior do que nos projetos escritos, em que o poder esteja a serviço da garantia de um ensino e de uma aprendizagem facilitadora das relações do homem consigo, com os outros e com o meio ambiente, e onde a vigilância dominadora ceda espaço para a reconstrução e aperfeiçoamento das nossas competências interpessoais e intrapessoais.

Acredita-se que, tudo isso, nos encaminhará para uma sociedade mais harmônica, solidária, saudável e feliz. Pois é na escola que se aprende a conviver e, tratando-se do ambiente escolar, é conhecido o posicionamento de educandos que manifestam prazer em estar na escola no pátio ou nos corredores, onde as relações são mais informais e tranqüilas. Porém, é sabido que nos ambientes de sala de aula, onde os relacionamentos são mais formais devido à cobrança, normas, estudos, provas, etc, nem sempre os posicionamentos são tão favoráveis e positivos.

Morin (1995), afirma que, “*num mundo diversificado, de fronteiras abertas, complexo, interdependente, com acesso internacionalizado ao capital e aos fatores de produção, a educação se apresenta como ferramenta estratégica para o enfrentamento do mundo cada vez mais competitivo*”. O autor assim reflete, criticando a banalização dos meios que estão sendo utilizados na preparação para se viver no século XXI.

Assim, entende-se que falar de educação como ferramenta estratégica, obriga a uma tomada de posição, e para isso, leva a reflexão de alguns pontos: qual a concepção que se tem de educação? Educação castradora? Educação domesticadora? Reprodutora? Processual e criadora de possibilidades para que os sujeitos se desenvolvam e se descubram como pessoas autônomas na relação consigo, com os outros e com o meio?

Somente clareando as nossas concepções é que veremos, com maior nitidez, o significado das ações dentro da escola.

Deste modo, ressalta-se a importância de reforçar a necessidade da participação em todo o processo educativo de professores e alunos, uma vez que os seres humanos são seres participativos e de relações, sendo que estas só acontecem na participação e na convivência efetiva.

Vive-se numa sociedade em que as instituições, macro e microsociais, criam os mecanismos de controle dos indivíduos, tendo em vista a manutenção da ordem e do *status quo* prevalecente. Não obstante, os avanços, advindos do seu processo civilizatório, estampam um cenário marcado por crises: a crise econômica, a crise política, a crise social, a crise ética e a crise de motivação.

No plano econômico-social, assiste-se, paradoxalmente, a avanços científicos e tecnológicos imensuráveis das forças produtivas, tanto na área das ciências ditas exatas, quanto na área da biotecnologia, aumentando de forma significativa a produtividade econômica do sistema, ao mesmo tempo em que convive-se com a crescente ampliação dos índices de exclusão social, resultante da concentração de riquezas, individuais e regionais, que cada vez mais se acentua, mediante um distanciamento sutil e perverso entre ricos e pobres, jamais visto na história que a humanidade registra.

No que diz respeito à crise dos valores éticos evidencia-se, quase que banalmente, a denúncia, através dos meios de comunicação de massa, de desmandos, de corrupção, de abuso de autoridade, de desrespeito aos direitos humanos, sobretudo, à vida. Costa, (1995, p. 121), afirma que, “vive-se, hoje, uma nova barbárie, uma espécie de feliz retorno ao estado de natureza, em que a luta de todos contra todos, a competição sem regras, passa a ser a grande marca da modernidade.”

Além disso, instala-se no país uma cultura de violência e de terror, caracterizada pelo abuso de poder de representantes de instituições que deveriam, constitucionalmente, garantir a segurança do cidadão. Tais fatos, que não são isolados, vêm contribuindo, pelo clima de impunidade que impera, para a efetivação de práticas semelhantes que partem, até mesmo, de classes sociais privilegiadas.

A cultura política autoritária nas relações macrossociais, por vezes, reproduz-se no interior das instituições microssociais, atingindo a escola. E daí nascem relações que por vezes são autoritárias, revelando relações de poder e força que se manifestam na escola como num todo. Assim, pode-se perguntar: são democráticas as relações entre diretor e professor; diretor e equipe técnica; entre professor e aluno?

Não se podem negar os avanços no processo de democratização que se observam na realidade escolar brasileira, fruto de lutas sociais docentes e da crescente conscientização dos trabalhadores em educação, quanto à urgente necessidade de mudança no que se refere às relações sociais no âmbito da escola.

A escola é parte integrante da sociedade. Ela não é um nicho onde as contradições, os antagonismos de classe deixam de aparecer. Na sociedade classista toda educação é, classista. Educar nessa ordem, de forma significativa, isto é, em prol da classe majoritária, significa: fazer conhecer, conscientizar esta classe para lutar contra esta ordenação (SCHMIDT 1989, p. 69).

É preciso compreender que tratar da questão do poder na sociedade global ou do micropoder num organismo da sociedade civil, no caso concreto da escola, exige uma compreensão teórica e prática de como as relações sociais se estabelecem e como a correlação de forças define tanto o conteúdo, quanto a forma da disciplina nesse espaço social.

Na escola, as relações sociais não são mecânicas nem lineares, pelo contrário, inscrevem-se num jogo dinâmico de contradições em que as formas assumidas pelo exercício do poder definem as regras desse jogo.

Nesse sentido, é importante trazer presente os documentos institucionais que regem a organização escolar. Um deles é o Regimento Escolar, o qual comporta, pelo menos, duas grandes dimensões: uma primeira, que se refere ao conteúdo que encerra a natureza do projeto educativo; uma segunda, que diz respeito às intenções, isto é, como as relações sociais, que são relações de poder, se concretizam no interior dessa instituição, que é a escola.

Ao tratar-se da questão do poder na sociedade global ou do micropoder num organismo da sociedade civil, no caso a escola, exige-se a compreensão teórica e prática de como as relações sociais se estabelecem e como as correlações de forças definem tanto o conteúdo, quanto a forma daqueles elementos que compõem os princípios gerais que norteiam a concepção de um Regimento Escolar.

Portanto, é o regimento escolar que delinea o que se quer para a instituição e, assim, compete ao coletivo da escola optar pelo tipo de gestão a ser construída no cotidiano de sua prática educativa e, decorrente disso, os relacionamentos terão o teor que se busca construir.

Construir relações democráticas na escola significa optar por construir uma escola menos autoritária, mais autônoma, solidária e alegre. Construir, portanto, uma escola que consiga aliar liberdade e obrigação, é tarefa histórica e

urgente. *“A questão da relação entre liberdade e obrigação é para nós, professores, muito difícil de equacionar. Sabemos, por exemplo, manter a disciplina com liberdade, com camaradagem? Como poderia ser uma escola livre e ao mesmo tempo, manter todas as obrigações de professores e alunos?”* (Gadotti, 1993, p.123).

Deste modo, a relação entre professor e aluno constitui o cerne do processo pedagógico e ensinar constitui uma arte e uma ciência. Aprender a compartilhar, a trabalhar junto, buscar o bem comum. A escola tem a missão de promover uma educação que ensine a ver o outro, como meu semelhante, numa visão de alteridade, assim estará contribuindo para a busca de um desenvolvimento humano sustentável que atenda as necessidades de todos, convencendo-nos de que a sobrevivência da humanidade passa pela convivência e a escola é o espaço e o tempo favoráveis para desenvolver tais valores e concepções.

Assim, neste capítulo refletiu-se como as relações de poder presentes na sociedade e no sistema educacional exercem influência e qual o desafio do educador enquanto construtor das relações no espaço escolar. Tarefa complexa, porém necessária, tanto ontem quanto nos dias atuais, em que se percebe uma carência de relacionamentos. Desta forma, é na escola que se aprende também a se relacionar, uma vez que é função da escola a socialização dos sujeitos.

3. EDUCAÇÃO ESCOLAR E CIDADANIA

Educação engloba ensinar e aprender. E também algo tangível, mas mais profundo: passar o conhecimento, bom julgamento e sabedoria. A educação tem nos seus objetivos fundamentais a passagem da cultura de geração para geração. Educação, como processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano, visando a sua melhor integração individual e social. Consiste também em transmitir normas de comportamento técnico-científico (instrução) e moral (formação do caráter), as quais podem ser compartilhadas por todos os membros da sociedade. Educação como processo consiste, também, em tirar de dentro do indivíduo suas potencialidades, fazendo-as desabrochar sempre mais. Ressalte-se, também, que educação é um processo que dura toda vida.

Cidadania é, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a “condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política. Cidadão é, por sua vez, o habitante da cidade, indivíduo que, como membro de um estado, usufrui de direitos civis e políticos garantidos pelo mesmo Estado e desempenha os deveres que, nesta condição, lhe são atribuídos”.

Neste sentido, o exercício da cidadania exige participação. Que tipo de participação a escola oportuniza? Nas decisões da escola? Como entender o exercício desta participação na escola? Cidadania enquanto exercício efetivo de seus direitos e deveres têm a ver com igualdade de direitos, dignidade e possibilidades.

Quando falamos em exercício efetivo da cidadania na escola, entende-se tal ato como a possibilidade do aluno ser tratado e respeitado enquanto sujeito, ser humano, ser histórico, social, crítico, criativo e original. Como sujeito dotado de uma dignidade que lhe é natural, o qual é responsável primeiramente por seu crescimento pessoal enquanto sujeito livre, mas que depende da escola para ajudá-lo na sua socialização e no enfrentamento dos desafios próprios do cotidiano escolar. Porém, na escola, a participação dos alunos não diz respeito às decisões, tornando-a, neste caso, uma participação relativa.

O termo cidadania também tem uma conotação subjacente ao “bem comum”: “pessoa original” e única que habita numa cidade e dela participa ativamente, com vez e voz. Este conceito nos remete ao da autonomia, liberdade e responsabilidade: o que posso, o que devo, o que quero, o que faço. Numa palavra: liberdade, para escolher e optar.

Na obra de Paulo Freire, fica implícito que a construção da cidadania se efetiva na escola enquanto instituição social responsável pelo saber e ainda mais porque ela é o centro e espaço privilegiado para o *aprender a conviver* e, portanto, para aprender a ser com os demais.

A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um bem construído da convivência coletiva. A cidadania é um processo em constante construção, que teve origem histórica, com o surgimento dos direitos civis, no decorrer do século XVIII, chamado de século das Luzes, sob a forma de direitos de liberdade, mais precisamente sob a forma de ir e vir, de pensamento e de religião, rompendo-se com o feudalismo medieval na busca da participação na sociedade.

Não se constrói cidadania somente com teorias, ainda que elas nos orientem para as suas possibilidades, mas para a efetivação da cidadania é necessário o exercício cotidiano, o que se traduz em participação. Na relação cidadania e escola, demonstrada na realidade pesquisada, sabe-se que a participação dos profissionais acontece em parte e não de forma ampla nas decisões da escola. Na relação aluno, professor e nos relacionamentos que acontecem na escola existem possibilidades concretas do professor estar iniciando seus alunos nas práticas e exercícios de cidadania, que deve começar na escola para poder se estender na vida social que se segue.

O ser humano, enquanto ser de relações, vai se humanizando nas relações que estabelece com seus pares e, assim, internaliza e introjeta a concepção de vida, de mundo e de sociedade, à medida que interage com este mesmo mundo. Da concepção que estabelece para si, decorre sua prática, suas relações, podendo ou não ser submisso, autônomo, ou autoritário.

Entende-se que a educação exerce uma tarefa política porque trabalha com diferentes concepções e também porque forma mentes e corações capazes de contribuir na construção de relações de convivências mais harmoniosas e pacíficas.

Sendo a educação um ato político e, em cada dimensão da política está ação pedagógica, assim em cada relação o político se faz presente, porque todo ato pedagógico está carregado de política e toda política contém o pedagógico. Assim, nesta linha de reflexão cabe o questionamento do educador para que se perceba para quem está formando? A quem está servindo, a que interesse? De fato o que se busca com o fazer pedagógico? (BALESTRERI, 1999, p. 97).

A escola não é a única instância de formação da cidadania, mas o *desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade depende cada vez mais da qualidade e da igualdade de oportunidades educativas*. Formar cidadãos na perspectiva aqui delineada supõe criar instituições onde se possa resgatar a subjetividade inter-relacionada com a dimensão social do ser humano, onde a produção e comunicação do conhecimento ocorram através de práticas participativas e criativas.

Educar o cidadão para que seja autor de seu próprio destino, para que assuma a sua história, cuidando da vida, a sua, a dos outros e de todos, numa dimensão horizontal, dialógica, fazendo alianças com os diferentes sujeitos...

É necessário que se faça aliança com os diferentes, sendo sujeitos, reunindo forças para enfrentar os antagônicos. Propõe que a educação seja orientada pelo diálogo e vise a formação do cidadão como primeira tarefa, para que possam ler o texto do mundo com os próprios olhos e ajam sempre como seres éticos..." (FREIRE, 1999, p. 98).

Sendo a educação entendida, em primeiro lugar, como esforço do homem para a conquista de sua humanidade, isto é, da razão e da liberdade, ela é, fundamentalmente, processo em direção à liberdade, processo de libertação que acontece, à medida que a pessoa cresce no exercício de sua cidadania. Isto equivale dizer, na consciência de seus direitos e deveres.

A escola, enquanto um dos locais de socialização do educando, necessita encontrar caminhos que possam ser trilhados com ousadia, assumindo o desafio de construir práticas pedagógicas que defendam e assegurem os direitos de todos como esfera de uma cidadania efetiva.

Entendendo a escola, como uma instância vinculada ao todo social, é preciso transformá-la em um espaço no qual a intenção seja proporcionar condições de ensino aprendizagem que possibilitem ao educando a apropriação do saber e a democratização dos meios necessários para se chegar saber, sob a luz de um pensamento crítico.

A escola, na sua originária concepção, é um espaço pedagógico constituído e socialmente aceito para aprender ler, escrever, contar, etc. Hoje, além dessa função, que não se pode perder, parece significar mais em virtude de suas amplas e modernas instalações: áreas recreativas, esportivas, saudáveis e agradáveis, para proteger os grupos e pares em suas relações, como é explicitado na referência abaixo:

Para muitos alunos, a experiência mais positiva na escola é o encontro com os amigos; corredores, pátios, banheiros e portões transformam-se em espaços privilegiados de convivência. Essa experiência é vivida de forma paralela à escola, sem sua interferência e sua influência. A escola, ao não privilegiar a convivência, acaba perdendo um espaço importante de formação (PNC – EF, 1997, p. 107).

Na visão de Gandin (1999, p. 167), educar para a cidadania é educar para a participação e raramente entende-se "*participação como domínio de recursos, como igualdade de poder, como construção em conjunto*". E a Educação é a própria ação da pessoa ou do grupo que se educa, é uma ação intransferível, que ninguém faz por ninguém, mas cada pessoa e cada grupo fazem por si e para si. Nesse sentido, segundo Paulo Freire, "*ninguém educa ninguém*". A educação é tarefa de toda a vida.

A participação não é apenas meio para desenvolvimento, mas é próprio da condição humana ao perceber-se no mundo. Sem dúvida, ela deve contar com a possibilidade de expressão dos indivíduos que, através de sua palavra,

pronunciam sua visão de mundo, idéias e crenças. Porque é justamente no encontro entre diferentes visões de mundo, que acontecem os desencontros e acertos, os quais possibilitarão o crescimento que favorece a construção pessoal e a consciência de possibilidades, direitos e deveres.

Para que a cidadania se efetive e se torne prática cotidiana no fazer pedagógico da escola é necessário ter clareza: que tipo de ação educativa é coerente com a formação de sujeitos cuja cidadania vai além do mero reconhecimento formal?

A formação de cidadãos e cidadãs é, ao mesmo tempo, um desafio ético e político. Pensar na formação para a cidadania na escola significa pensar em valores, normas e direitos (não apenas legais, senão também morais) que configuram uma prática cidadã cuja ação está ligada diretamente à prática cotidiana no dia-a-dia da escola, em seus diferentes momentos e tempos do processo da ação educativa.

Neste sentido, a formação para a cidadania supõe a possibilidade de criar espaços educativos nos quais os sujeitos sociais sejam capazes de questionar, pensar, assumir e, também, é claro, de submeterem-se à crítica dos valores, normas e direitos morais existentes, inclusive, daqueles tidos como mais democráticos e justos.

O exercício efetivo da cidadania significa a realização dos direitos e deveres básicos dos indivíduos, inseridos na realidade como sujeitos coletivos que devem promover o bem comum na sociedade.

Educar para a cidadania significa formar indivíduos que conheçam seus direitos, deveres e obrigações, capacitando-os para o exercício consciente da participação política. Para outros, formar cidadãos e cidadãs significa dotar os indivíduos das competências necessárias para adaptar-se com rapidez às modificações que sofre o mundo produtivo, permitindo que eles contribuam, ativamente, para o crescimento da sociedade na qual estão inseridos. Na visão de Gentile (2003, p. 69), *uma boa educação para a cidadania seria aquela que consegue articular desafios que não são antagônicos: o exercício responsável e competitivo no campo da política e da produção. O problema é, mais uma vez, o que significa articular ambos os desafios e como irá entender-se cada um deles?*

Nesse sentido, é tarefa da educação oferecer e proporcionar uma formação para um sujeito conhecedor de sua história, sendo crítico, ousado, solidário, autônomo e criativo. De igual modo, é papel do professor acompanhar as mudanças pelas quais a sociedade passa, questionando seus princípios, pressupostos e concepções.

Guareschi (2005, p. 55) acredita que *"uma educação para a cidadania, para ser verdadeira, tem de ser pessoal, autônoma e livre. Somente a educação que parte da reflexão, do crescimento em consciência pode ser uma educação verdadeiramente libertadora e promotora da cidadania"*, entendida aqui como exercício de seus direitos e deveres e, portanto, surgida da participação e compromisso. A partir das concepções que se tem do ser humano é que se encaminha a prática pedagógica, estabelecendo-se uma relação pautada, portanto, na concepção em que se acredita.

Desse modo, chega-se ao conceito de cidadania que com freqüência se tem no discurso educativo, normalmente utilizado num sentido muito amplo, que envolve valores, comportamentos e atitudes. A atitude de cidadania nasce da experiência de pertencimento a uma sociedade politicamente articulada, caracterizando-se pela participação do cidadão na vida pública e desenvolvendo-se através da prática de direitos e deveres. Numa democracia verdadeira, cada cidadão é membro de uma comunidade e, portanto, dotado de direitos, liberdades, garantias, deveres e responsabilidades que lhes são inerentes.

Isso significa formar homens capazes de conviver numa sociedade em que se cruzam vários caminhos e inúmeras influências mundiais, culturais, econômicas, políticas e técnico-científicas.

A escola, portanto, tem como tarefa urgente preparar o homem para viver na sociedade atual, e não para viver, nostalgicamente, na sociedade do passado, ou mesmo, buscar de maneira sôfrega e desordenada a sociedade do futuro. Repassam-se para o espaço escolar todas as questões: a fome, a crise social, o desemprego, a falta de segurança, entre outras. A escola se transforma em uma salvadora da pátria, assumindo tarefas e responsabilidades que não lhe competem. O que fazer?

É sabido que a escola sofre interferências e influências do conhecimento científico e do desenvolvimento da tecnologia. Isto parece óbvio. A escola lida com o universo da cultura. Ela prepara e forma seres humanos para o acesso ao conhecimento e para o domínio dos princípios do desenvolvimento científico e de sua aplicação prática, através da tecnologia.

O cidadão capaz de produzir, consumir e participar da vida social não pode mais ser educado apenas durante uma etapa de sua vida. O conhecimento renova-se constantemente e, por conseguinte, a capacidade de aprender permanentemente passou a ser a nova condição para o exercício da cidadania nesta sociedade em que vivemos.

Portanto, é da educação, enquanto instituição social, a responsabilidade de colocar-se como presença empenhada na construção coletiva de uma cidadania efetiva, a qual se inicia nos espaços da escola. Para que isto aconteça, é necessário que em todos os projetos da escola se tenha como prioridade fazer acontecer ações que contemplem esta construção, uma vez que é na escola que se constroem relações e possibilidades.

3.1 De qual cidadania estamos falando?

Ao falar em cidadania, remete-se à questão do pertencimento a uma comunidade política, na qual os indivíduos são portadores de direitos e deveres. Os direitos configuram a cidadania ao mesmo tempo em que tornam os indivíduos cidadãos, no contexto de um conjunto de instituições que garantam sua efetivação. Ser cidadão significa ser portador de uma série de direitos e deveres, cuja natureza pode mudar ao longo do tempo.

A cidadania é, desta forma, o exercício de uma prática, inegavelmente, política e fundamentada em valores como a liberdade, a igualdade, a autonomia, o respeito à diferença e às identidades, a solidariedade, a tolerância; a

fim de que a convivência se efetive em torno do respeito. Assim, a cidadania é sempre espaço aberto, uma construção comum, nunca um estado final, porque entendemos e concebemos o ser humano como um ser inacabado, histórico, construtor de cultura e de relacionamentos. Neste sentido, a cidadania que se quer oportunizar ao aluno e construir na escola são aquela que possibilita ao aluno exercitar seus direitos e deveres, bem como sua participação enquanto estudante. Porém tal participação não diz respeito às decisões, mas às suas ações enquanto participante de um espaço social e pedagógico.

Assim, entende-se cidadania como processo, como um horizonte em construção. Então como fazer para que a transmissão predeterminada de valores e práticas, por parte dos educadores, não acabe limitando ou impedindo que os indivíduos em *processo de cidadania* se tornem protagonistas efetivos de sua própria cidadania? Não basta, simplesmente, promover participação e conhecimento de direitos e deveres, individuais e coletivos, é necessário orientar para a participação que tome parte também nas decisões, como exercício de uma ação que prepare e possibilite ao indivíduo efetivamente participar, gerando uma ação comum, num sentido de pertencimento, que aponte para o comprometimento.

Cidadania é um processo construtivo, o que significa que ela inclui a possibilidade de definir os valores e as práticas que constituem sua própria esfera de ação. Desta forma, quando a cidadania se fecha em um 'dever ser' de valores e práticas imutáveis ou predeterminadas deixa, por assim dizer, de ser cidadã (GENTILE, 2005, p. 75).

E, neste sentido, formar cidadãos e cidadãs é, ao mesmo tempo, um desafio ético e político. Sabe-se, que um dos maiores desafios da educação, é sem dúvida investir neste processo. Em nossa sociedade, teoricamente, todas as pessoas gozam das mesmas liberdades e oportunidades e dos mesmos direitos, todos *são iguais perante a lei*. Isso quer dizer que todos os brasileiros são cidadãos. Ora, numa sociedade de tamanhas desigualdades, marcada pela injustiça, pela ausência de compromisso das instituições públicas com a maioria da população, pela negação de direitos, pela discriminação histórica, pose-se, facilmente, observar a proclamada igualdade não concreta.

Uma educação para a cidadania caminha em um horizonte político em que a realidade social, as relações e contradições tornam-se elementos de análise crítica, capazes de propor o relacionamento entre conhecimento e o processo de pertencimento e exclusão social, devendo ser, ainda, tecnicamente competente e clarividente. Uma educação para a cidadania busca a formação de um sujeito conhecedor de sua história, crítico, ousado, solidário, autônomo e criativo.

A educação para a cidadania passa por ajudar o educando a não ter medo do poder do Estado, a aprender a exigir dele e, finalmente, a não ambicionar o poder como forma de subordinar os semelhantes. Esta pode ser a cidadania crítica que almejamos. Aquele que esqueceu suas utopias, sufocou suas paixões e perdeu a capacidade de se indignar diante de toda e qualquer injustiça social não é um cidadão, mas também não é um marginal. É apenas um nada que a tudo modifica (FERREIRA, 2001, p. 78).

Na reflexão sobre o papel da Escola, podemos dizer que não é a escola sozinha que vai transformar a sociedade. Mas a educação escolar nos pode dar a possibilidade importante e fundamental de trabalhar com a formação, com a construção de consciência crítica e com a possibilidade de desenvolvimento de autonomia individual e coletiva.

A educação não é o único, mas um dos principais elementos de transformação da sociedade. Por isso, qualquer projeto de transformação social deve ter em seu bojo um projeto de educação, que proclame transformação educativa em uma instituição democrática e cidadã. Para isso, é fundamental que o educador esteja envolvido afetiva e politicamente, embutindo em seu trabalho estratégias de questionamento e transformação da realidade educacional em que estamos inseridos, buscando fazer com que seus conteúdos e técnicas, sejam estes os mais diversos, privilegiem a apropriação pelos alunos de conhecimentos que desenvolvam o raciocínio lógico e a reflexão constante, ajudando-os a lerem criticamente o mundo e sua própria história.

Enfim, podemos dizer que o papel da instituição educativa, principalmente o do educador, é ajudar o educando a desenvolver sua própria autonomia, a tornar-se cidadão. Ser cidadão é não ter medo de transformar, e ser

questionador, consciente do seu compromisso profissional e não se perder enquanto ser desejante, criativo e interventor; é, ainda, indignar-se diante da injustiça e não ter medo de aventurar-se pela preservação da vida.

O educador deve partir do pressuposto de que um processo pedagógico realiza-se na relação que se estabelece entre duas ou mais pessoas, neste caso, entre professor e aluno, tendo presente, nessa relação, a influência que exercem as dimensões psicológicas do ser humano. Decorre do mesmo, que os processos cognitivos e relacionais são interdependentes, facilitadores ou não da relação de prazer e/ou desconforto da aprendizagem. Marmilicz (1998, p.15), comentando sobre a relação pedagógica, assim se expressa:

Para que haja uma sadia relação educativa é de vital importância conhecer e aprofundar as dimensões psicológicas presentes nas relações e por vezes, tão desconhecidas por educadores. Todavia, estas dimensões não são tão simples, como não é simples entender quais processos acontecem quando há uma relação, e, neste caso, quando há uma relação educativa.

Educar nunca foi fácil, porém, hoje, o ato de educar torna-se mais complexo, pois vem profundamente influenciado por outros canais de informação, por novas tecnologias, por outros modelos políticos, sociais e religiosos; modismos e, ainda, por influências culturais antes pouco conhecidas. Dessa forma, as relações que deveriam facilitar o processo educativo começam por torná-lo mais complexo.

Sendo o processo educativo tecido de relações, a comunicação é o cerne de todo acontecer pedagógico e educativo na escola. Assim, um processo pedagógico realiza-se na relação que se estabelece entre educador e educando, sob a influência das dimensões psicológicas, afetivas, pedagógicas de ambos.

Entendido, assim, o clima humano positivo constitui-se das relações concretas entre as partes em interação e da experiência intersubjetiva das relações interpessoais em ato.

Quando se afirma que um processo pedagógico realiza-se na relação interpessoal, entende-se melhor como deve ser uma relação para sua efetivação, a qual deve culminar e dar sustentação à aprendizagem como ação significativa para o educando e educador.

A comunicação educativa se apresenta como um processo no qual se podem distinguir as partes que abordam valores e problemas referentes ao conteúdo e às relações, isto é, fenômenos ligados aos relacionamentos interpessoais, os quais confirmam que as dimensões relacionais e de conteúdo são interdependentes e constituem a interação educativa. Portanto, um processo pedagógico realiza-se na relação que se estabelece entre educador e educando, sob a influência das dimensões psicológicas de ambos. Quando se afirma que um processo pedagógico realiza-se na relação interpessoal, entende-se melhor como deve ser uma relação para a efetivação de um processo pedagógico.

Pode-se considerar, igualmente, que as relações presentes na escola exercem significativa influência em todos os envolvidos no processo de escolarização. Cada educador tem um estilo de personalidade e cada estilo de personalidade provoca comportamentos diferentes nos alunos, devido às experiências didáticas e os resultados da aprendizagem.

Pode-se afirmar, ainda, que nenhuma ação humana acontece fora duma relação entre duas ou mais pessoas; assim, são nas relações que se dão os espaços pedagógicos que queremos pesquisar.

Ao observarmos a realidade das escolas, percebemos diariamente, nas salas de aula, a imposição de conhecimento especializado, sempre tratado de forma desvinculada dos conhecimentos que os alunos possuem e, por isso, destituído ou carente de sentido para os discentes e, por vezes, até para os professores.

Um olhar cuidadoso para o espaço escolar não pode deixar de perceber, refletir e tentar redimensionar as ações de quem deseja fazer da educação uma prática libertadora e possibilitar o diálogo e a interação com as mais diversas formas de produção do conhecimento. No entanto, sabemos que as ações são uma decorrência das nossas crenças, condicionamentos, visões de mundo e opções metodológicas.

Portanto, para concluir a análise que fizemos neste item, e, para efeito deste estudo, entendemos como cidadania o exercício dos direitos e deveres. Assim como entendemos que formar para a cidadania é um desafio inerente à educação escolar, pois como instância social, a ela cabe a responsabilidade de

formar futuras gerações no exercício efetivo da cidadania, entendendo-a como prática consciente de direitos e deveres, em torno do bem comum e da participação social.

3.2 Educação enquanto instrumento de construção da cidadania

Educar para a cidadania, entendida como tarefa ontológica da escola, é construir um processo que se vai conquistando à medida que se oportunizam espaços efetivos de participação. Pensar na escola é pensar, ao mesmo tempo, na relação entre os discursos e as práticas adotadas no âmbito escolar, para perceber como tal propósito tem se efetivado na prática diária escolar.

O professor não ensina apenas na sala. Ele abre ou fecha perspectivas novas. O desafio é possibilitar ao sujeito ser construtor de sua própria história, uma vez que como ser histórico é chamado a desenvolver-se, plenamente, e, sobretudo, humanizar-se, contribuindo para uma nova sociedade.

Uma educação para a cidadania está atenta às necessidades do mundo contemporâneo, voltado para as relações de igualdade. Formar para a cidadania é fazer acontecer uma educação que se traduza em significados, os quais valham para a vida pessoal do educando. Na concepção de Alves, (ALVES, 2002, p. 98), *“educar tem a ver com sedução. Educador/a é quem consegue desfazer as resistências ao prazer do conhecimento”*. Porém, assumir essa nova postura, possibilita novas descobertas, novas leituras, desejo de troca, prazer na ação e integração com a vida, pois também entrará nessa dinâmica de construção constante a noção de ser inacabado e, por isso, aberto ao diálogo com outros saberes.

A função do professor hoje é a de auxiliar as crianças e os adolescentes nos seus respectivos processos de construção do conhecimento, visando, em última análise, ao desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral de tais

indivíduos. Espera-se, com isto, que eles possam ser capazes e façam uso de estruturas operatório-formais; além de serem equilibrados emocionalmente e autônomos.

Educar é este processo ativo do desabrochar da pessoa; tornar ato o que já existe nela em potência. Mas tal processo não é uma pessoa ou um profissional quem o faz. Ele é executado pelo ser humano através da reflexão. Educar-se é a ação própria de conseguir respostas às perguntas fundamentais que desafiam o ser humano. O ato educativo resume-se em humanizar o ser humano. Educar é ensinar a olhar para fora e para dentro. A educação é processo, é construção. O educador é o parceiro do futuro.

O valor da formação acadêmica não está no aprendizado de muitos fatos, mas na estimulação da mente para conceber fatos novos. Educação é o que sobra quando se esqueceu todo o resto! (EINSTEIN, IN GENTILI, 2005).

Na visão de GENTILI (2003, p. 103), "educar é a edificação assentada nos pilares da originalidade, da cooperação e erguida com o cimento da solidariedade. O conhecimento que não é compartilhado é vazio, é perigoso". Também para ele, o ser humano é um ser de possibilidades. Não se pode ensinar alguma coisa a alguém, pode-se apenas auxiliar o aluno a descobrir-se. Trata-se de levar o educando a percorrer um caminho que ele já conhece. Caminho que, para a grandeza do ofício pedagógico, é sempre novo, pois vivido e percebido de forma singular por cada aprendiz. (GALILEU GALILEI, IN GENTILI, 2005, p. 111).

Educar é criar, continuamente, condição para renovar-se como ser humano. Ser humano é ser junto. O papel do educador, portanto, é fundamental nesse processo, na medida em que ele provoca a reflexão e faz perguntas necessárias e adequadas.

O essencial do processo educativo é, pois, garantir a possibilidade de seres humanos se tornarem conscientes, livres, responsáveis. Mas isso só é possível a partir de uma pessoa que é sujeito, que é autônoma.

Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção (FREIRE, 1996).

A idéia de cidadania tem de estar disseminada na sociedade, como atitude de vigilância exercida por todos. Neste sentido, uma formação para a cidadania, num regime democrático, tem de incluir ações conjuntas e esforços comuns de toda a sociedade. No caso da educação, é tarefa de toda comunidade educativa gerenciar ações que promovam a formação para a cidadania de forma efetiva, a começar nos espaços da escola.

“A cidadania é, essencialmente, consciência de direitos e deveres e exercício da democracia, direitos civis, como segurança e locomoção; direitos sociais, como trabalho, salário justo, saúde, educação, habitação, etc. Direitos políticos, como liberdade de expressão, de voto, de participação em partidos e sindicatos, etc. Não há cidadania sem democracia. (GADOTTI, 1992, p.67).

A cidadania implica numa consciência de pertencimento a uma comunidade e também de responsabilidade compartilhada. Estamos falando de uma cidadania que ganha seu sentido num espaço de participação democrática, na qual se respeita o princípio ético da solidariedade.

O ser humano é espiritual, anímico, político, inventivo, artístico, criativo, imaginativo, além de possuir uma série infinita de outras capacidades, as quais ultrapassam e resistem a qualquer taxionomia que se tenha. Fica claro, então, que a tarefa educativa se torna impossível se ela concebe como alvo e centro a pessoa integral, dotada de uma entidade bidimensional, achatada, plana, simples.

Não se educa para a cidadania num discurso passivo. A cidadania precisa ser vivenciada em sala de aula por todo educador que se pretenda cidadão e que não queira estabelecer sua prática sobre bases contraditórias. Toda educação para a cidadania orienta-se no sentido do todo, uma vez que o conhecimento existe para melhorar a vida. A sala de aula precisa ser uma caixa de ressonância das aspirações do social.

Desta forma, “cabe ao sistema educacional se organizar para oferecer educação permanente para todos. Em essência, é preciso desenvolver em todos os alunos a capacidade de aprender, mas também criar as oportunidades para aprender permanentemente” (SOUZA, 2005, p.08).

Observar o cotidiano da escola como objeto de análise para, após a reflexão, voltar a ele com a possibilidade de reprogramá-lo e reencaminhá-lo, é um imperativo do pensar certo, no dizer freireano.

Assim, a complexidade da vida cotidiana e, de modo particular, do cotidiano escolar, “não pode ser traduzida por meio de explicações gerais a respeito da sua dinâmica e escorregaria riqueza” (OLIVEIRA, 2001, p. 41). Assim como não pode ser compreendida a não ser por um olhar circular dirigido para o movimento geral e local da sociedade e da escola, do mesmo modo para os objetivos educacionais gerais e escolares. Nesse sentido, o tempo pode ser uma categoria de análise e o elemento balizador da prática pedagógica útil aos processos de compreensão, explicação e de intervenção pedagógica.

Uma educação para ser verdadeira tem de ser pessoal, autônoma, livre, tendo como referência o ser histórico, situado, original, único.

Entendendo a escola como uma instituição da sociedade, é nela que a criança atua, efetivamente, como sujeito individual e social. É um espaço concreto fundamental para a formação de significados e para o exercício da cidadania: na medida em que possibilita a aprendizagem de participação crítica e criativa, contribui para formar cidadãos que atuem na articulação entre o Estado e a Sociedade Civil.

A escola pode atuar ainda como instância mediadora, como lugar entre o passado e o presente, na medida em que é capaz de entender as tradições e as preserva, ao mesmo tempo que insere-se no contexto da sociedade moderna.

Pode, ainda, constituir-se como mediadora entre a comunidade escolar e a região onde está inserida, atuando como pólo cultural do seu entorno. Portanto, nossa reflexão, não exaustivamente, confia à educação a missão de ser instrumento e possibilidade para a construção e formação para a cidadania, cuja meta vai muito além de saber quais são os direitos e deveres; mas uma cidadania que possibilite despertar a consciência para uma participação real e efetiva nas diversas instâncias possíveis.

3.3 Cidadania e Cuidado da Aprendizagem

A educação é um fator humano e, como tal, é complexo. A escola é uma instituição potencialmente socializadora. Ela abre um espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais, ampliem seus ângulos de visão, assim como aprendam a respeitar outras verdades, outras culturas e outros tipos de autoridade. Neste sentido, a identidade da pessoa humana se adquire na relação com os outros; aceitando, rejeitando, assimilando, transformando, selecionando os dados que o mundo ambiente lhe oferece e que, através dele, as outras pessoas vão fornecendo. O homem real é o homem coletivo.

A escola não é apenas uma instância hetero-organizada para a reprodução, mas também uma instância auto-organizada para a produção de orientações e regras, expressão das capacidades estratégicas dos atores e do exercício (político) de margens de autonomia relativa, o que lhes permite, umas vezes, retirar benefícios da centralização e, outras vezes, colher vantagens de iniciativas que a afrontam (LIMA, 2002, p.44).

O professor tem um papel importante na formação para a democracia, em virtude de sua participação ativa e construtiva, dando oportunidade para que os estudantes aprendam por si mesmos, estando presente quando se fizer necessário e sendo capaz de apoiar e animar quando enfrentar dificuldade.

As formas de relação democrática que se desenvolvem no interior da escola são objetos desta reflexão, uma vez que o propósito maior da educação, proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

As bases de uma verdadeira pedagogia democrática, uma prática voltada, de um modo autêntico, para a libertação do homem, uma unidade real da teoria e da ação. Uma educação que antecipa verdadeiramente a sociedade que queremos e sugere novos horizontes, já que a escola por vezes, tem sido reprodutora do aparelho ideológico do poder (FREIRE, 1983, p. 22).

Pode-se então argumentar que a diferença, ao se ensinar, está no significado do termo cuidar: cuidar é visto por muitos como tomar conta do aluno e impedir que este outro aprenda a andar com as próprias pernas. Leonardo Boff (2003, p. 153) nos lembra que “cuidar é mais que um ato; é uma atitude, abrange mais que um momento de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”. Cuidar é criar uma condição de bem estar e confiança aos que estão sob os cuidados do professor, mesmo quando no processo seja necessário enfrentar situações difíceis e que requerem esforço, dedicação, paciência, desânimo, tristeza. Cuidar e sentir-se cuidado podem, sem dúvida, se constituírem em experiências prazerosas e promotoras do crescimento e desenvolvimento de educandos e educadores.

Ser educador tem muito a ver com cuidar. Saber cuidar significa dedicação envolvente e contagiante, compromisso ético e técnico, habilidade sensível e sempre renovada de suporte do aluno, incluindo-se aí a construção da autonomia (BOFF, 1999, p. 98).

Esse cuidado com as pessoas, bem como com suas necessidades e diferenças, esse olhar democrático do profissional sobre a sociedade está ligado à educação em tempos incertos. De fato, não vivemos na sociedade das certezas e, sim, das incertezas, das mudanças. O cuidado de que a escola deve se ocupar pode se traduzir numa concepção humana da pessoa, o que facilita a proposta de educar e formar para uma cidadania que ajude o aluno a se perceber como pessoa com direitos e deveres e pertencente a um determinado grupo.

É o ser humano, único e plural, o qual se mostra com abertura para o inusitado, o imponderável, marcando o potencial e o perfil humano. Se a tarefa educacional não almejar a este infinito potencial, ela estará, certamente, falhando

em seu propósito mais básico. Pois a ela cabe abrir e expandir as fronteiras e não afunilar possibilidades. Daí seu desafio: sua meta é multiplicar as possibilidades de expandir seu potencial, podendo ir até as fronteiras mais longínquas, fazendo valer o potencial criador que existe no ser humano, pois é um ser de possibilidades.

Dessa forma, cabe à escola, justamente, o papel de despertar no indivíduo as possibilidades para resistir à imperiosa sedução de se deixar escravizar pelos poderes, pelo mercado, pelas imagens ocultas geradas por um marketing que despersonaliza e cria sujeitos para uma sociedade que prioriza o poder como forma de exclusão e de passividade.

Nesse sentido, a escola pode contribuir para criar as condições que viabilizem a cidadania, através da socialização, da informação, da discussão, da transparência, gerando uma nova mentalidade, uma nova cultura, em relação ao caráter público do espaço para todos.

Numa perspectiva transformadora, a escola educa para ouvir e respeitar as diferenças, a diversidade que compõe a própria escola e que se constitui em uma grande riqueza.

Enquanto instância social, a escola tem o seu papel no processo de mudança, mas os meios de socialização são os mais variados possíveis (família, igreja, partidos, meios de comunicação, etc). Onde existem relações humanas se faz educação, porém não pode ser qualquer educação. Entende-se que a matéria prima da aprendizagem são as relações. E Paulo Freire salienta que “não se ensina nada a ninguém: deixa-se com a pessoa, com quem se entra em contato uma porção de nós mesmos”.

Educação, cidadania e cuidado formam um tripé, uma vez que andam juntas e se fazem necessárias, visto que o ser humano é um ser de cuidados e somente através deste cuidado se desenvolve como pessoa. Portanto, o papel da educação, enquanto instância socializadora, é justamente pensar a humanidade, a convivência, a aprendizagem. Desse modo, este capítulo teceu algumas reflexões de como cuidado e cidadania são indispensáveis para fazer acontecer a aprendizagem, enquanto mudança de comportamento e possuidora de um papel formativo.

Para acontecer aprendizagem em diferentes tempos e momentos há necessidade de envolvimento. Educar alguém significa cuidar, apreciar, propor-se a fazer algo. De igual modo, existe esta crença de que para ensinar alguém a ser cidadão parte-se do princípio de que é necessário mostrá-lo o caminho. Deste modo, como já mencionamos em itens anteriores, a escola é uma das instâncias ligadas diretamente com a formação de pessoas e para que esta formação aconteça reiteramos a necessidade do cuidado, da atenção.

4. AS RELAÇÕES DE PODER E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA ESCOLA

Após analisarmos, em capítulos anteriores, com base na literatura conveniente, as principais categorias teóricas que envolvem a questão deste estudo – por exemplo, as relações de poder e cidadania na escola; no presente capítulo, busca-se inserir na análise dados empíricos, os quais possam constituir-se como análise da temática em estudo.

A pesquisa foi realizada com alunos do Ensino Médio, de uma escola pública e outra privada, no Município de Curitiba, perfazendo um total de 280 alunos. Para a coleta dos dados fez-se uso da pesquisa qualitativa por melhor permitir analisar qualitativamente os dados que nos foram oferecidos, sobretudo na observação e nos questionários aplicados aos alunos e aos professores. Os dados coletados nesta pesquisa, portanto, fundamentam a análise realizada neste capítulo.

Sendo a escola um espaço de transmissão sistemática do saber histórico acumulado pela sociedade, ela tem por objetivo formar os indivíduos, capacitando-os a participar como agentes na construção da sociedade.

Dentro de tal ambiente, que autoridade tem o professor?

Por ser professor, tem o poder de orientar o processo ensino-aprendizagem do aluno. Poder que é inerente à profissão de professor. É também o professor que, juntamente com os alunos, pode favorecer o clima pedagógico para que permita a ambos interagirem de forma democrática e dialógica. Porque entendemos que a relação professor-aluno é espinha dorsal desse processo. Não se trata de uma relação qualquer, mas de uma relação sociopedagógica que pode facilitar a construção da aprendizagem.

A LDB 9394/96 estabelece que um dos objetivos do Ensino Fundamental e Médio “é o desenvolvimento de valores, competências e habilidades voltadas à formação de pessoas e cidadãos autônomos, críticos e aptos ao prosseguimento dos estudos e à compreensão das transformações do mundo, para nele intervir de modo responsável e ético”.

A Educação Básica é organizada de acordo com princípios estabelecidos para orientar a formação básica comum a ser assegurada a toda a população. Nesse contexto e frente a essas exigências, a escola é cada vez mais permeada pela diversidade de comportamento, atitudes, hábitos, costumes e valores. A partir desta heterogeneidade, configuram-se problemas e imagens que alunos, professores e membros do corpo técnico-pedagógico constroem sobre si e sobre os outros integrantes da comunidade escolar.

A escola é um dos espaços relacionais mais importantes para crianças, adolescentes e jovens, tornando-se local onde pessoas estranhas ou já conhecidas se encontram em busca de objetivos que deveriam ser comuns, como o conhecimento, a consolidação de novas amizades, o exercício de coleguismo, entre outras práticas, como salienta ESTRELA (2002, p. 32).

Esse é um ambiente constituído involuntariamente por um grupo de alunos e professores que são obrigados a conviver todos os dias, durante um ano, obedecendo a horários e outras normas. São regras que garantem a harmonia do grupo, uma vez que submetem a vontade particular à vontade do grupo, podendo criar um sentimento de solidariedade e pertencimento entre seus membros.

Para a construção da autonomia da escola, faz-se necessária a elaboração de um verdadeiro projeto pedagógico, ou seja, a produção de um sério e real documento, fruto da discussão e do consenso entre todos os que lá trabalham acerca do futuro pretendido para a instituição e seus autores.

A constituição da autonomia da escola pela via do projeto pedagógico, supõe finalmente a existência de condições para a prática do trabalho coletivo, entendido este como a valorização das pessoas e a relativização das funções.

“Pessoas autônomas valorizam um projeto e são valorizadas por ele em razão de seu compromisso e de sua lealdade com a missão que assumem enquanto profissionais da educação”. (MACHADO, 2002, p. 206).

Ser professor significa, antes de tudo, ser um sujeito capaz de utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para desenvolver-se em contextos

pedagógicos práticos. Isso nos leva à visão do professor como intelectual, o que implicará maior abertura para a discussão das ações educativas. Além disso, envolve a discussão e elaboração de novos processos de formação, até a de se estabelecerem novas habilidades e saberes para esse novo profissional.

Na afirmação de DELORS (1998, p. 89-90), “a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser*, via essencial que integra os três precedentes”. Essas considerações são tidas como referências em vários documentos oficiais, no contexto da educação brasileira.

A tarefa fundamental da educação e da escola ao construir, reconstruir e socializar o conhecimento é formar cidadãos, ou seja, contribuir para que as pessoas possam atuar criativamente no contexto social de que fazem parte, exercendo seus direitos e, nessa medida, serem de verdade pessoas felizes.

Os desafios são muitos. É necessário um esforço para reconhecer as contradições da sociedade em que vivemos e refletir sobre isso, dando atenção às questões relacionadas com a nossa área de atuação. Só assim poderemos fazer avançar a educação brasileira que queremos.

Entendemos, também, que a escola é um espaço de criação social. O ensino escolar vai muito além de possíveis conteúdos e programas de ensino, mas é também um espaço ampliado de percepção dos vínculos do poder, existentes em sala de aula e na escola como um todo.

(...) o trabalho docente competente é um trabalho que faz bem. É aquele em que o docente mobiliza todas as dimensões de sua ação com o objetivo de proporcionar algo bom para si mesmo, para os alunos e para a sociedade (Rios, 2001, p. 107).

A escola é um espaço que necessita de acordos estabelecidos ou negociados para harmonizar de todo o pedagógico. É imprescindível a existência de normas de convivência dentro e fora da sala de aula, porque são elas que

normatizam o ambiente e estruturam a relação entre alunos e demais personagens envolvidas neste processo educativo.

Existe uma relação entre educação e cidadania? Esta relação é evidente, no sentido de que no interior da escola deve existir uma busca constante para que a democracia e os direitos sejam construídos neste espaço. Este ambiente é relevante por ser pedagógico e é onde se dá o verdadeiro processo de formação e construção do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte integrante, porque tem em seus objetivos maiores a formação do futuro cidadão. E educar para a cidadania não se reduz somente a uma obrigação moral da educação, mas está no seu bojo a tarefa inerente à própria natureza da educação que é fazer aflorar do indivíduo as possibilidades para uma convivência harmoniosa consigo e com os semelhantes. Portanto, a escola é um destes espaços privilegiados para formar e construir cidadania, enquanto espaço pedagógico e relacional.

Não é fácil precisar um modelo de cidadania visto que a idéia de cidadania tem uma longa história: sua origem remonta, pelo menos, à polis grega e, passando por Roma e pelo renascimento, adquire força especial a partir da Modernidade.

A educação na cidadania exige recorrer também ao exemplo de personalidades que levaram a cabo projetos de alcance universal, como é o caso de Ghandhi ou Martin Luther King. Porque sem símbolos que afetem também emocionalmente, isto é, apenas com argumentação, é impossível educar. No processo educativo, a narrativa é importante e torna-se inevitável, podendo inserir o aluno numa dimensão comunitária, fazendo-o ver seu projeto pessoal e também sua capacidade de olhar em seu entorno. Porém, ainda falam mais forte e convencem, os exemplos e os feitos de pessoas que nos precederam, deixaram suas marcas na história, porque suas ações foram evidentes e a própria história registra suas lembranças.

Formar para a cidadania é tarefa de todos os que fazem acontecer o processo pedagógico: gestores, educadores, educandos, funcionários, enfim, toda comunidade educativa. Sendo a educação um processo, a prática educativa é o grande elemento educador, passando pelas relações que se estabelecem no âmbito

escolar, pois é na relação com o outro, procurando-o compreendê-lo, para além da aparência e das circunstâncias do viver de cada um, que o educador e educando podem e são chamados a exercer sua cidadania.

O que é necessário para que a busca da cidadania fundamente o currículo e permeie todo o cotidiano escolar?

Em primeiro lugar, é preciso ter clareza de que construir um projeto de escola voltado para a cidadania dos alunos é um modo de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e com mais justiça social. Antes de tudo, para toda a equipe escolar trata-se de um compromisso que precede a tarefa educacional e se vincula a sua própria experiência social.

Esse compromisso é decisivo para se construir um trabalho coerente e significativo, pois é ele que irá garantir uma vivência da participação, do debate, da explicitação dos conflitos e da negociação no cotidiano escolar. Sempre é importante afirmar que a cidadania se concretiza muito mais pela vivência e exercício dos direitos e respectivas responsabilidades e que se aprende a ser cidadão somente na participação, na ação, no exercício.

Também é importante ter clareza de que a escola não é a única instância formadora da cidadania. Um projeto bem estruturado reconhece a escola como parte da teia de relações que formam a sociedade e procura colocá-la em compasso com o que nela existe de vivo, dinâmico e transformador, direcionada à formação do cidadão. Educar para a cidadania é educar para a participação.

Do exposto, fica claro que esta sala de aula geradora de medo e desconforto seja substituída por um espaço onde as relações entre os que ali convivem aconteçam de forma mais igual. Para isso, é fundamental reconhecermos que ainda há alguns casos de inadequação deste espaço, tal como se apresenta hoje: mesas e cadeiras enfileiradas, lousa grande servindo de depósito de anotações escolhidas pelo professor ou professora. Um espaço organizado dessa forma torna-se inadequado para uma concepção de educação diferente da autoritária e mecanicista, que privilegie as relações e a troca de experiências e saberes.

Conhecer o humano não é separá-lo do universo, mas situá-lo nele. Todo conhecimento, para ser pertinente, deve contextualizar seu objeto. “Quem somos nós?” é inseparável de “onde estamos, de onde viemos, para onde vamos?” (MORIN, 2004, p. 35).

Ao enfileirarmos mesas e cadeiras, estamos, na verdade, limitando o movimento necessário para o encontro dos iguais e diferentes, isto é, para o encontro de todos, estamos nos colocando numa postura autoritária, que obviamente nega a possibilidade do diálogo.

Se as relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização de mudanças em nível profissional e comportamental, como podemos ignorar a importância de tal interação entre professores e alunos?

As relações que se desenvolvem no interior da escola são, naturalmente, móveis como todas as demais. Professores e alunos estão envolvidos em relações complexas na sala de aula, as quais envolvem relações sociais, políticas e fundamentalmente epistemológicas do próprio saber que se constrói neste espaço, porque o professor é sempre professor de alguma coisa. Contudo, o espaço micro da aula indica que toda produção que dela deriva é produto coletivo, a produção do saber na sala de aula resulta do trabalho do professor e do aluno. Entretanto, essa relação de reciprocidade pode ser negada pela atuação arbitrária do professor sobre a personalidade do aluno. Vejamos como isto acontece:

- **O aluno** está submetido a um poder alheio por boa parte de sua vida: deve obediência à autoridade do professor e cumprimento rigoroso de suas determinações; está vinculado à sua visão de mundo e quase sempre obrigado a aderir a ela;
- **O professor** determina o objeto do trabalho escolar do aluno e decide sobre o seu processo de trabalho; determina os instrumentos e critérios da avaliação; tem a palavra final quanto ao aproveitamento e progressos do estudante.

A relação estabelecida entre professores e alunos constitui o cerne do processo pedagógico. É impossível desvincular a realidade escolar da realidade de um mundo vivenciado pelos discentes, uma vez que essa relação é uma *rua de*

mão dupla, pois ambos (professores e alunos) podem ensinar e aprender através de suas experiências.

Para por em prática o diálogo, o educador não pode colocar-se na posição ingênua de quem se pretende detentor de todo o saber; deve antes, colocar-se na posição humilde de quem sabe que não sabe tudo, reconhecendo que o analfabeto não é um homem perdido, fora da realidade, mas alguém que tem toda a experiência de vida e por isso também é portador de um saber (GADOTTI, 1999, p. 02).

Não é certo, sobretudo do ponto de vista das relações, que sendo democrático o professor precise ser frio e severo para conquistar autoridade e respeito dos alunos. Na concepção de FREIRE, (1996, p. 159 -160),

A afetividade não se acha excluída do conhecimento. O que não se pode obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele.

Deste modo, somente quando a escola, enquanto instância responsável pela construção de cidadania, se conscientizar de que formar para a cidadania deve ser um projeto que envolva todos os agentes deste processo (alunos, professores, equipe pedagógica, etc.), só aí as ações serão em conjunto e todos estarão perseguindo objetivos comuns e, desse modo, se efetivará a educação e os exercícios de cidadania concretizar-se-ão, ainda que em pequenos passos. Esta será a grande contribuição da escola e um dos urgentes desafios a perseguir, enquanto formadora de opinião e de pessoas.

Não se concebe a escola como uma dos locais que apenas transmite conhecimentos, especializados, compartimentados. É missão da escola formar cidadãos conscientes e participantes da produção e reprodução de relações humanas, vivenciadas de forma democrática e, essencialmente, comunicativa. Também faz parte de sua missão proporcionar ao aluno a aquisição do senso crítico, capacitando-o para que este seja agente de transformação (na realidade onde se

encontra), na utopia de construir uma nova sociedade, mais justa e possível para todos.

Como espaço público, a escola tem a tarefa de pensar a cidadania de indivíduos históricos e socialmente situados, pois é a partir desse lugar que nascem os conflitos e é também dele que os mesmos são solucionados. Neste sentido, entende-se que o lugar propício e privilegiado para formar para a cidadania é, justamente, a escola, por ser ela a agência que lida com pessoas na fase de formação, aquisição de valores e também porque é na escola que se aprende a convivência com as diferenças. A cidadania, na visão de ANDRADE (1993, p.130), é entendida neste contexto como “espaço político pelo qual a reivindicação e o exercício dos direitos se exteriorizam”.

O conceito de cidadania guarda já em sua definição a idéia se *relação social*. E se entendemos a cidadania como possibilidade concreta de participação eficiente e criativa na construção da cultura e da história pessoal de cada um, devemos estar propondo ao educando ações concretas que possam viabilizar a participação efetiva e concreta dessa cidadania. Entende-se que a cidadania não é algo pronto, mas algo que se constrói, na ação, no exercício. E essa construção é tarefa também da escola (ações que de fato promovam a participação do educando).

A escola, ao exercer sua função social de educar, deve estar atenta, ao cotidiano da prática pedagógica, às dimensões educativas que permeiam o processo formativo.

Desenvolver ações junto às crianças e adolescentes significa ultrapassar as fronteiras do tecnicismo fragmentado, transcender o conteudismo conservador das práticas escolares e enxergar os novos horizontes pedagógicos inseridos nos modelos epistemológicos que ressaltam a capacidade de criar, de construir e de se harmonizar com o universo.

Sendo a escola uma instituição social, a ela cabe a tarefa de educar para a convivência, para a participação, para o diálogo. Ainda mais, é inerente à sua constituição educar para a socialização, para a construção de relações sadias, autônomas, justas e solidárias. Deste modo, ela é responsável por ajudar a construir relações que favoreçam o diálogo, a compreensão, a convivência e a tolerância. Isto

só é possível na observação atenta aos diferentes mecanismos que se usam nas práticas do cotidiano que, por vezes, são carregados de posturas que reforçam ainda mais as relações autoritárias, burocráticas, opressoras e arcaicas.

Portanto, a escola, como instituição formativa, é chamada a cumprir sua tarefa que tem por finalidade ser educadora, possibilitando o desenvolvimento criador que existe no ser humano, o qual encontra-se no ambiente escolar para ser formado. Enquanto educadora, educa quando fala, mas também quando cala, porque se omite. Por razão de sua existência, a ela cabe o desafio de formar, educando para a convivência, no respeito à diversidade, aos ritmos e processos individuais de cada pessoa, como ser original e único.

Como ser educador, sobretudo numa perspectiva progressista, sem aprender, com maior ou menor esforço, a conviver com os diferentes? Como ser educador, se não desenvolvo em mim a indispensável amorosidade aos educandos com quem me comprometo e ao próprio processo formador de que sou parte? (FREIRE, 1999, p. 75).

A escola é um lugar privilegiado de processos de ensino-aprendizagem, por meio dos quais se pretende introduzir o aluno nos diversos campos do saber.

Uma escola que se entende como parte integrante e integradora da sociedade terá que formar alunos-cidadãos, deverá preparar homens pensantes que saibam buscar outros caminhos e que não sejam os mesmos já trilhados por aqueles que continuam reproduzindo esta mesma sociedade. Assim, o aluno aprenderá que seu saber tem a ver com a sociedade em que está inserido, aprenderá que a construção de sua autonomia passa pelo exercício de uma cidadania crítica e responsável.

A escola é um sistema resultante de relações sociais que ultrapassam os limites da sala de aula. Assim, ensinar a aprender a ser cidadão e cidadã é aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade. Esses valores e atitudes

precisam ser aprendidos e desenvolvidos pela escola e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola.

Sem autoridade não se faz educação; o aluno precisa dela seja para se orientar, seja para poder se opor (o conflito com a autoridade é normal, especialmente no adolescente), no processo de constituição de sua personalidade. O que se critica é o autoritarismo, que é a negação da verdadeira autoridade, pois se baseia na coisificação, na domesticação do outro.

Não existe autoridade “em si”, a autoridade se define sempre em contextos históricos concretos. O primeiro grande desafio para o resgate da autoridade do professor é a necessidade de ressignificar o espaço escolar, ganhar clareza sobre qual é, de fato, o papel da escola hoje, porque será justamente neste espaço social que o professor deverá exercer sua autoridade, que obviamente carecerá de sentido.

O professor ao buscar legitimar sua autoridade deve partir sempre do diálogo e da firmeza de proposta. É preciso que o professor supere o medo de exercer a autoridade; muitas vezes, este problema ocorre em função do medo de entrar em conflitos com os alunos, da eventual falta de apoio da escola diante de algum confronto com os pais.

(...) a autoridade pedagógica é uma prática complexa e contraditória, pois a autêntica autoridade leva em si sua negação, qual seja a construção da autonomia do outro. A própria palavra latina *auctoritas* (*autoridade*) vem de *augure* e indica uma atitude que faz o outro crescer. (MESTERS, 1998, vol 2, p. 62).

Pode-se compreender aqui a autoridade no seu sentido mais radical e transformador que é a capacidade de fazer o outro autor. Em função disto, o professor vive esta eterna tensão entre a necessidade de dirigir, orientar, decidir, limitar e a necessidade de abrir possibilidades, deixar correr, ouvir, acatar. Tal contradição, como se vê, é constante na vida do educador, pois a medida certa nem sempre é fácil de conquistar.

O professor, pelo papel social que assume, representa a cultura, a norma, a lei, a verdade historicamente constituída, a autoridade, cabendo-lhe a tarefa de inserir as novas gerações neste universo. Por outro lado, esta inserção tem que ser crítica e criativa, tem que se dar de tal forma que permita a superação das contradições presentes no atual momento histórico, que negam a vida em plenitude para todos.

O educador não é mais aquele que vende seu tempo para a escola, mas sim um detentor de competências que agregam valores para o alcance dos objetivos institucionais. Em muitas rodas de professores, o discurso comum é sobre alunos desinteressados, que não querem nada com os estudos, que não respeitam mais a escola. Para mudar isto, os professores vêem-se diante de um desafio: buscar aperfeiçoamento para acompanhar as transformações deste aluno e, conseqüentemente, desta sociedade em constante movimento.

O profissional da educação que se exige hoje é aquele educador que é gestor, que tem uma visão ampliada da escola, percebendo sua importância para além da sala de aula, entendendo-se como peça importante e necessária na dinâmica da escola.

O educador gestor preocupa-se em adquirir as competências para gerir bem a sala de aula, abrindo o leque de sua visão, olhando a escola no seu todo e no seu entorno. E para que isso aconteça, precisa estar ciente de que o aluno que chega até ele hoje não é o dos outros tempos e, portanto, necessita conquistar estas características que julgamos necessárias para realizar um trabalho educativo, que atinja este aluno e o leve à aprendizagem significativa e verdadeira. São elas:

- a) construir uma imagem positiva dos alunos e da escola;
- b) buscar atualização, em diversas áreas, constantemente;
- c) planejar suas ações, prevendo suas conseqüências, isto significa: ser pró-ativo.
- d) ser co-responsável com o todo da Instituição;
- e) manter o foco no aluno, interessando-se por ele;
- f) envolver pais, alunos e outros professores em seus projetos;

- g) fundamentar sua ação no Projeto Político e na realidade em que a escola está inserida;
- h) estabelecer metas com os alunos a curto, médio e longo prazo e acompanhar todo o processo;
- i) ser participativo e comprometido com a escola e com seus alunos.

Desta forma e, acima de tudo, ter coragem de ousar, inovar sem se distanciar de sua missão de educar para esta sociedade. Enquanto estiver consciente e comprometido com uma educação que humanize as relações, estará favorecendo o aprender com significado, e, conseqüentemente, as relações acontecerão num clima propício à convivência e à autonomia.

Cabe ainda, ao educador, enquanto formador de gerações, resgatar os valores do passado e estar aberto aos novos valores emergentes, em função das necessidades colocadas pelas contradições sociais, políticas, econômicas, culturais, num processo de continuidade-ruptura.

(...) o educador libertador nunca pode manipular os alunos e tampouco abandoná-los à própria sorte. O oposto de manipulação não é *laissez-faire*, nem a negação da responsabilidade que o professor tem na direção do educando. (FREIRE, 1997, p. 203).

A educação se dá pela articulação dialética entre adaptação e transformação. Na escola, é preciso adaptar o aluno às normas existentes, por exemplo. Só que, se fizermos apenas isso, o aluno vai se tornar mais um reprodutor do sistema que aí está. Então, ao mesmo tempo em que trabalhamos com a adaptação, temos também que desenvolver nele o potencial de transformação. É fundamental que o aluno aprenda a perguntar: *Por quê?* Qual o sentido disto que se está pedindo, ou seja, aprender a questionar a legitimidade dos limites que são colocados e, em situação extrema, aprender a ser rebelde com os limites autoritários, arbitrários.

Sabe-se que isto é um grande desafio, até porque vemos muitas vezes os próprios professores recebendo de seus coordenadores as determinações

mais absurdas e dizendo: “Sim senhor”, sem questioná-las. Acaso um meio cidadão pode formar um cidadão inteiro? Precisa-se sustentar uma prática que favoreça a transformação em todas as relações na escola.

A missão do ensino é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um mundo de pensar aberto e livre. Esta educação pode ajudar a nos tornarmos melhores, senão mais felizes, e nos ensinar a assumir a parte prazerosa da vida. (MORIN, 2004, p. 11).

Portanto, a construção da cidadania se efetiva somente na ação, no exercício e, neste caso, na escola, no seu cotidiano, oferecendo ao aluno oportunidades de participação, de envolvimento, possibilitando-o assumir pequenas responsabilidades e ações que o levem a atitudes de comprometimento, desta forma, exercitando seus direitos e deveres e o sentido do comum, como algo muito importante a ser cuidado, uma vez que a escola e seus espaços são compartilhados com diferentes pessoas ao mesmo tempo.

4.1 Escola: espaço do ser e conviver

“O ambiente tem um efeito duplo sobre a aprendizagem”

(Brunet)

É um fato inegável que nós seres humanos vivemos em sociedade, e não de maneira acidental, mas porque isso faz parte de nossa própria natureza. Sendo por natureza, sociável, é na sociedade que se aprende uma determinada maneira de viver e de ver o mundo: certos valores, certos costumes, etc. O mundo humano é um mundo compartilhado. O ser humano não é uma realidade auto-

suficiente e fechada em si mesma: as relações com os outros fazem parte de nossa realidade mais íntima e nelas podemos desenvolver nossas disposições naturais e adquirir outras novas. O mundo humano é um mundo comunitário e compartilhado, um mundo tecido numa complexa rede de relações, e no qual se compartilha a língua, a cultura, as instituições, as relações, o modo de vida. Daí a necessidade da instituição escola, por ser aquele espaço que vai privilegiar as diferentes relações e a convivência como grande aprendizado.

Antes de qualquer coisa, a escola deve ser um espaço onde haja clima tranqüilo e bem organizado. Segundo NÓVOA (1995, p. 41), é preciso:

(...) criar as condições organizacionais para que a inovação aconteça, para que as experiências pedagógicas não sejam sistematicamente destruídas com argumentos burocráticos, para que os profissionais do ensino se sintam motivados e gratificados por participarem em dinâmicas de mudança.

A prática tem mostrado que a escola com um clima harmônico de ética, de transparência, de convivência, tanto no contexto interno, como no externo, tem conseguido evitar muitos problemas; ao contrário de outras, onde há, por exemplo, indisciplina, muros pichados, vidraças quebradas.

Sabe-se que o ambiente tem um efeito duplo sobre a aprendizagem, desencadeando mecanismos de ajustamento e atribuindo sentido às novas aquisições. Às vezes, o clima escolar pode parecer irrelevante, ou, na escola contemporânea, onde os egoísmos da sociedade se refletem, pode passar despercebido. No entanto, a ausência de um bom clima de convivência é o primeiro sinal de que naquela instituição as coisas não vão bem.

A escola, enquanto espaço de convivência e de relações, deve oportunizar um ambiente favorável à construção de relacionamentos que favoreçam a aprendizagem e a boa convivência. O tipo de clima que gostaríamos de ver em cada escola não é possível em ambientes onde há carência ética ou quando um pequeno grupo toma para si o poder e a tomada de decisões. Na visão de ASSMANN (1998, p. 93), “é preciso criar climas organizacionais que funcionem como ecologias cognitivas. No plano da execução não contam apenas as situações

individuais, mas o clima organizacional”. Os valores do ser e as práticas afetivas de convivência são necessários para fazer da escola um local de formação de pessoas emocionalmente saudáveis, que tenham prazer em estar ali.

Para compreender melhor a dinâmica dos espaços da escola e conforme observação realizada percebeu-se a necessidade de ampliar a reflexão para melhor entender como e por que as relações se dão neste espaço que é comum e que deve ser respeitado por todos, como espaço de convivência de diferentes pessoas. Neste sentido, a observação nos possibilitou perceber aspectos importantes que na visão da pesquisadora não podem ser descuidados. São os seguintes:

- Há uma carência de afetividade e de valores;
- O ser humano é um ser afetivo;
- O perfil de aluno proposto para o aprender a ser busca a honestidade e a coerência, os valores éticos e morais, a liberdade e responsabilidade, a perseverança, a constância e persistência, o equilíbrio emocional;
- O perfil de aluno proposto no aprender a conviver propõe o autoconhecimento e o conhecer e compreender os outros, o respeito às diferenças culturais, sociais e religiosas, o espírito cooperativo e de equipe, a capacidade para enfrentar as tensões entre as pessoas, grupos, nações e a capacidade de dialogar.

Vista por este ângulo, entende-se que a educação é um espaço muito complexo, o qual ultrapassa o espaço da escola e da sala de aula, ainda mais em uma época com tanta velocidade e acesso ao mundo da informação. Todo aprendizado se dá numa rede de relações complexas que supõe implicações culturais, ambientais e genéticas. Tendo como parâmetro as reflexões anteriores, pode-se concluir que a tarefa educacional tanto quanto complexa é urgente e necessária para o desenvolvimento de pessoas formadas para atuar nesta sociedade tão complexa, injusta e excludente. Decorrente dessas constatações pode-se compreender que educar é ensinar o encanto da possibilidade para que cada um desenvolva seu projeto de vida.

(...) aprendemos que formas de conhecimento e de aprendizado do mundo implicam formas de convivência. O aprendizado do mundo, da cultura e dos valores passa pela sociabilidade em que sejamos capazes de conviver. Reinventar os convívios na escola pode ter um apelo especial diante das formas de sociabilidade tão desumanas a que a infância e a adolescência são submetidas em nossos espaços. (ARROYO, 2005, p. 27).

Os alunos devem ser cuidados na escola como sendo a vida da escola: suas alegrias são as alegrias da escola e suas dores e tristezas são também as da escola. Grande poder e influência tem o ambiente sobre educandos e educadores. Sentir-se bem ou não em um determinado lugar depende muito de como esse espaço está disposto, se suas estruturas são acolhedoras ou impessoais e de como as relações acontecem, pois tudo isso revela o clima do ambiente cujo resultado depende de pessoas e situações.

A relação professor-aluno é uma relação comunicativa. No processo de ensino-aprendizagem, o educador, ao comunicar-se com os alunos, faz com que estes, por seu intermédio, comuniquem-se uns com os outros e com a realidade, os conhecimentos e os valores desta. A forma como se reveste a comunicação pode favorecer ou afastar a possibilidade de uma interação realmente significativa. E, deste modo, também será a aprendizagem. Também, porque, sendo a educação essencialmente comunicação, a linguagem é o instrumento de que dispõe o educador para entrar em relação com seus alunos, sua realidade e suas experiências. Esta comunicação possui múltiplas linguagens, a saber: a corporal, a escrita, a falada; das quais dispõem tanto educando, quanto educador.

O sentido pedagógico da ação do educador relaciona-se com a comunicação. Assim, comunicar e comungar tem a mesma origem etimológica. Comungar é uma forma de participar, de unir, de se comprometer, de sentir ser parte. A comunicação pedagógica se realiza efetivamente no diálogo, na relação. O diálogo se faz na diferença e na diversidade. Há que existir, portanto, na prática docente, espaço para a palavra do educador e do educando, para o exercício da argumentação crítica que se efetiva e se funda numa relação que seja, por demais possível, verdadeira e humana. (RIOS, 2001, p. 129)

Deste modo, entendida a escola como espaço privilegiado para as relações, importante será pensá-la como espaço necessário e adequado para a construção do ser e do conviver, uma vez que é neste espaço que os entendimentos acontecem, a convivência se efetiva e se dão as diferentes construções (conhecimento de si e do outro) para o crescimento e a aprendizagem.

Assim, é no interior da escola, no seu cotidiano, que as relações se constroem e produzem os resultados de uma construção coletiva em que a convivência acontece de forma tranqüila. Entendendo a escola como um espaço para e de convivência, pode-se entender porque os alunos gostam tanto dos espaços da escola, como gostam de estar juntos, fora da sala de aula e, na maioria das vezes, não manifestam tanto interesse e vontade de estarem em sala. Isto equivale dizer que a escola é de fato este espaço para a convivência, para o conhecimento, para o estar junto e para a construção da amizade. Daí, então, o porquê investir neste capítulo na necessidade de fazer acontecer a escola como um ambiente e espaço para o desenvolvimento do ser e do conviver.

Ao salientar a importância e necessidade do diálogo nas relações sociais do ambiente escolar, assim afirma FREIRE (1987, p. 122-123):

O diálogo pertence à natureza do ser humano, enquanto ser de comunicação. O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual. Diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza dos seres, que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos.

E desta forma, acreditamos que a sala de aula se constrói no relacionamento entre seres humanos, numa interlocução e diálogo que refletem a realidade da família, da sociedade e da escola. E a ausência do diálogo faz com que os alunos não encontrem sentidos nas coisas que o professor ensina, percam seu interesse e seu encantamento com um mundo que precisa ser descoberto e ressignificado. A vivência do diálogo é clima favorável para a convivência e construção de relações amistosas e saudáveis.

Portanto, sendo a escola espaço de convivência e de relações, tem uma tarefa peculiar que é formar os alunos para a aprendizagem da convivência,

respeitando diferenças, ritmos e concepções. Vivendo numa sociedade que se apresenta com dificuldade de acolher e incluir o diferente, o assunto deste trabalho justifica-se por ser, como já nos referimos anteriormente, missão e tarefa necessária e singular da escola e da educação como um todo.

4.2 O olhar e o corpo

Ao refletirmos sobre como observamos os alunos em sala, é importante ter presente: Qual é o papel das instituições escolares na formação de um olhar que ajude, professores e alunos, a compreenderem seus processos e suas vivências a partir de um olhar menos normatizador, excludente e que não provoque medo? Enfatizamos, portanto, a importância de se ter presente que o olhar tem uma significação muito importante e sutil: seja quando acolhe, estimula e protege, ou quando, exclui, ignora ou rejeita.

Esse tipo específico de poder que Foucault (1979, p. 176) chamou de “disciplina ou poder disciplinar”, dentro das escolas “assume a proporção de fantasmas, quando faz da vigilância, um dos seus principais instrumentos de controle”. Sentir-se olhado, julgado e avaliado por olhares disfarçados e/ou invisíveis, é tão aterrador quanto perder o gerenciamento da própria vida e ações, seja no âmbito pessoal ou profissional.

Nesse sentido, Foucault (1999, p.176), ajuda na reflexão dessas teias de dominação, quando diz:

A disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo em que exerce um poder, produz um saber. O olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia de poder?”

Foucault afirma, ainda, que o olhar tem grande tarefa na ação disciplinar. Dessa forma, podem-se tecer reflexões a partir do pensamento de Foucault no que se refere ao olhar do disciplinador, que nesta realidade é o professor. A seletividade do olhar temeroso é implacável: olhar inseguro, que gera insegurança. Nisso podem-se estabelecer sentimentos de medo, medo que gera a exclusão, o silêncio, a violência e a subordinação.

O olhar vai exigir muito pouco, sem necessitar de armas, violência física, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo irrisório (FOUCAULT, 1992, p. 218).

Os instrumentos de controle sociais têm início na disposição do corpo e nos usos destes instrumentos até o controle dos saberes a respeito de um tema. As carteiras dirigidas para frente, o espaço delimitado de ação do professor, a postura do docente diante do quadro e o olhar rígido dos alunos, não deixa dúvida a respeito desse controle.

As relações de poder e força estão em toda parte, não se materializam, mas se observam nos gestos e nas atitudes das pessoas que administram e tecem o cotidiano escolar; como o olhar punitivo, a vigilância agressiva e coercitiva, a presença que incute medo e insegurança, gerando ainda mais desconfiança, medo e desconforto.

Respeitar o corpo é trabalhar o dia-a-dia da educação no interior da escola dando oportunidade ao aluno para refletir sobre seu corpo, sobre a relação de seu corpo com outros corpos e com o meio ambiente; é favorecer o surgimento de uma cultura corporal, na qual sejam respeitadas e analisadas as questões das necessidades e dos desejos do corpo, enquanto sujeito que interage com os demais (MOREIRA, 1995, p.26).

A corporeidade é, para Moreira, um fenômeno que recupera no ato educativo o valor do humano no homem e que procura reverter o corpo-objeto em

corpo-sujeito, permutando uma prática escolar que tem transformado os indivíduos em corpos dóceis, conforme argumenta Foucault.

Percebe-se que a disciplinarização do corpo e do espaço tornou-se, então, um mecanismo de controle muito eficiente, que precisou ser elaborado em mínimos detalhes. No entanto, não se pode pensar a existência de um estudo sistemático sem alguma disciplina? Alguma organização é necessária e indispensável, para que possa haver clima propício para o estudo e, portanto, à aprendizagem. Até porque vivemos numa sociedade extremamente indisciplinada, carente de valores morais de confiança e, portanto, de seriedade.

Não se aprende algo, ou alguma coisa, se não houver pré-disposição para isto. Assim, a vontade de ambos: educadores e educandos devem ser mobilizados para o ato de aprender. As instâncias de controle no meio social derivam de inúmeras possibilidades de restrição de acesso a certos temas. Esse controle não é explícito, por isso mesmo, mais eficaz e de difícil identificação. O poder, para Foucault (1992), não está localizado em um ou outro lugar. Não é o governo, não é o estado, não é sequer uma ideologia dominante no sentido dado por algumas correntes do marxismo.

É tarefa da escola reeducar o olhar docente para ver os alunos em suas trajetórias, não apenas escolares, mas também de vida, sua condição de sujeitos sociais e culturais, de possuidores de direitos totais. Dessa forma, a escola terá que assumir sua função de humanizar ou o que propunha Paulo Freire: recuperar a humanidade roubada, porque são seres humanos proibidos de ser.

O olhar, por exemplo, é objeto de uma longa análise de Foucault, 1987, “o olhar do outro inibe, controla, restringe a liberdade na medida em que implica a representação de um externo possível”. A incerteza do controle do olhar gera uma proteção anterior, não se comete um ato errado na possibilidade de alguém estar observando. O aluno está sempre à vista. A posição do professor permite um olhar constante para todos os lugares da sala de aula, ninguém escapa desse olhar e desse controle. Daí o reflexo do aluno na tentativa constante de fazer algo escondido, quer dizer, longe do olhar de alguém.

A própria atividade do professor, na sala de aula, também é controlada pelo olhar. As portas das salas, normalmente, costumam ter pequenas

janelas de vidro. Por conta das diferenças de iluminação, é muito mais fácil um agente externo de controle ver o professor. Ele, ao mesmo tempo, vigia e é vigiado, na estrutura física destinada ao *olhar do superior*. A hierarquia está objetivada no olhar do outro.

A observação passa a ser o mecanismo mais sutil de controle na medida em que identifica as ações e o agente. Como por exemplo: “Sorria, Você está sendo filmado”.

Se o olhar crítico significa um olhar abrangente, ao voltar-se para o aluno, o educador terá a exigência de ver-se a si mesmo no processo. É momento de buscar o seu desenvolvimento junto com o do educando. A prática coerente e comprometida contribuirá para a formação da cidadania, não apenas do educando, mas do próprio educador, uma vez, que o que se diz a respeito da pessoa que se deseja formar é, exatamente, o mesmo que se deve exigir para a pessoa formadora, para o docente.

É a observação de um educador: “Nunca deixamos de ver os alunos!” Mas com que olhar? Aprendemos a conhecer os alunos. Um conhecimento que, por vezes, é muito superficial, impreciso e precipitado. Todos são alunos de diferentes gêneros, raças, classe social, idades, mas em comum, são todos alunos. Assim, podem-se igualar todos e, correndo-se o risco de manter um olhar generalizado, sem individualizar ninguém e nenhum. ARROYO (2005, p. 55) sugere que sempre podemos reeducar nosso olhar, para que se possa olhar o educando “como gente”. Não fomos formados para olhar os alunos. Por que na maioria das vezes nosso olhar os reduz somente a vê-los como alunos repetentes, novatos, defasados, disciplinados, etc. Sem conseguir ultrapassar a barreira e enxergá-los como seres humanos, originais, únicos e, talvez, em necessidade.

Por que, com tanta rapidez, passamos a ver os alunos como indisciplinados, desatentos, agressivos e até violentos? Para tanto, toda a inovação na escola deve começar por rever nosso olhar sobre os alunos. Que imagens fazemos deles, delas?

(...) tenho aprendido que os educadores reagem às condutas dos educandos a partir de sua identidade como trabalhadores. Também tenho aprendido que o como vêem os educandos com quem trabalham condicionará como reagem a suas condutas e como aderem ou resistem às propostas pedagógicas. Aliás, a imagem que temos de nós educadores corresponde à imagem que temos dos educandos. (ARROYO, 2005, p. 57).

A partir da reflexão de Arroyo, pode-se concluir que é necessário e urgente reeducar o olhar do educador, sua sensibilidade para com os educandos, num propósito de contemplá-los como pessoas, pessoas concretas, com suas histórias e culturas, portanto, seres humanos, com necessidades, interesses, possibilidades, limites, desafios e desejos. E, assim, humanizando o olhar, pode-se estar mais atento às possibilidades pessoais dos alunos, bem como de todos os que ajudam a construir e fazer acontecer a escola no seu cotidiano.

Portanto, nesta tarefa de educar-se para educar, o professor necessita estar muito atento, também, às suas próprias possibilidades para perceber, entender e valorizar cada aluno, entendendo que pode fazer crescer ou pode-se educar para o medo e para a insegurança. O professor e aluno são cúmplices nesta tarefa humanizadora e, à medida que as relações forem mais simples e harmônicas, a aprendizagem acontecerá e o aluno perceberá um ambiente favorável e propício para esta aprendizagem.

É necessário reeducar nosso olhar para ver os alunos em suas trajetórias não apenas escolares, mas também de vida, sua condição de sujeitos sociais e culturais, de direitos.

4.3 As Relações de poder nas escolas pesquisadas

***“Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador,
A gente se faz educador, a gente se forma, como educador,
permanentemente, na prática e na reflexão da prática”.***

Paulo Freire

A escola é vista como um dos espaços em que se dá a formação do indivíduo, integrando-o numa comunidade de iguais e ensinando-o a conviver com as diferenças. É também a escola que tem igualmente a missão de conduzir o indivíduo ao pleno amadurecimento de suas capacidades, permitindo-lhe forjar o espírito crítico e escolher, de modo autônomo, entre várias possibilidades, aquela que melhor lhe convém. Educar para liberdade é sua função primordial, pois só assim estará atuando verdadeiramente como entidade formadora do indivíduo, enquanto construto histórico.

Para Foucault (1987), o poder se manifesta no quadro das relações humanas mais simples, estabelecendo hierarquias, coordenações e representações mútuas. É fundamental perceber, que todos os gestos, todos os comportamentos de alunos e professores têm um significado relacional. Não há comportamentos sem sentido, nem gestos sem sentido, quer por parte do professor, quer por parte dos alunos. Tudo o que se passa dentro de uma sala de aula tem um profundo significado relacional.

As microformas de dominação se manifestam no decorrer da vida escolar. O professor pode através de sua autoridade e poder, manifestar seu poder autoritário e usá-lo como forma de punir o aluno, valendo-se da nota como requisito para prejudicar os alunos, assim fica evidente que usa sua força, seu poder para intimidá-lo. E, neste caso, está exercendo uma autoridade de forma negativa e autoritária. Os alunos, por sua vez, conseguem se rebelar contra este tipo de autoridade-poder em diversos graus, podendo se apresentar diante dessas manifestações com a bagunça em sala de aula, o que chamamos de indisciplina, rebeldia, falta de executar tarefas e ordens estabelecidas; tal conduta pode indicar resistência a este modelo de autoridade.

Onde existe convivência e relacionamento entre seres humanos, existem relações de poder: entre indivíduos, grupos ou no conjunto da sociedade. Há um uso reservado para a palavra poder quando esta pretende designar as relações de poder na sociedade: é o que chamamos de poder político. Mas há, também, um outro sentido para a palavra poder, uma forma de exercê-la na prática, que consiste na dominação. Este poder pode chamar-se de *poder autoritário* e a

relação, neste caso, é de *mando-obediência*, nele há ausência de diálogo. Esta dominação é o poder externo exercido sobre pessoas e, neste caso, ele vem associado a certo grau de força ou de violência. Este tipo de poder, se exercido na escola, não promove o diálogo, o entendimento e a convivência. De certa forma e em grau mínimo, ele está presente nas escolas pesquisadas, com outra roupagem e conjugando-se com uma prática também burocrática, isto se verificando numa falta de flexibilidade, de diálogo e de escuta. Tal mecanismo foi verificado em uma das escolas, alvo da pesquisa.

Há, no entanto, um outro sentido para a palavra *poder* que é o de capacidade: *poder ser ou poder fazer*. Nesse caso, o poder brota de dentro e se refere à capacidade de criação ou desenvolvimento das próprias possibilidades.

Mas também entre os alunos há relações de hierarquia. Podem-se perceber como os mais bonitos, os mais ricos, os mais inteligentes, no dizer deles tratam os demais e são tratados sob determinada influência. Assim, o poder funciona e se exerce em rede.

Fazer do poder disciplinar um ofício é prática freqüente dentro das escolas, e tal posição, quase sempre, é ocupada por profissionais que não desenvolveram competência para se estabelecerem de outra forma. Tal profissional, não pode ser considerado competente, pois neste caso a competência que os alunos esperam passa também pela competência humana, o que significa dizer que passa pelos relacionamentos, pela maneira como o professor se relaciona com o aluno e com seus pares. É certo que não é só isto que acontece, porém, por outro lado, a falta de individualizar o aluno tem o sentido oposto e produz no aluno efeitos negativos, pois pode revelar descuido e indiferença no trato e na relação.

Os seres humanos existem na relação. O homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura, porque é um ser a um só tempo biológico e cultural e é, ao mesmo tempo, singular e múltiplo.

O poder está, ao mesmo tempo, em toda parte e em lugar nenhum. Ele é, a um só tempo, visível e invisível, presente e oculto, não se materializa.

O fato é que o poder não pode ser apropriado; não por uma mesma classe, não de forma exclusiva não de forma permanente, não por um mesmo grupo de pessoas: “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe algo que se guarde ou deixe escapar” (FOUCAULT, 2001, p. 89).

Ao contrário, o poder pode constituir-se nos efeitos imediatos e nas condições internas desses outros processos ou relações com as quais ele se liga. O poder é ainda não subjetivo, vale dizer, ele não é possível de titularidade: todos o possuem ao mesmo tempo em que ninguém o detém: “onde há poder ele se exerce, não se sabe ao certo quem o detém, mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1979, p. 75). Porém, há o poder instituído, aquele que a pessoa é investida porque deve responsabilizar-se por um grupo e por grupos e, neste caso, a pessoa já detém o poder que deve ser autoridade, o que é diferente de ser autoritário.

A possibilidade de desvincular saber e poder no plano escolar reside na criação de estruturas horizontais em que professores, alunos, equipe pedagógica e funcionários formem uma comunidade real. É um resultado que só pode provir de muitas lutas, consensos, vitórias, desafios. Mas, sem dívida, a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação, incluindo os alunos, é a condição de democratização escolar e de possíveis relações igualitárias, em que o crescimento é a consequência básica.

Um relacionamento positivo na construção de uma coletividade só se fará pelo diálogo franco; muitas vezes temos medo deste diálogo, pois poderão aparecer contradições com as quais não gostaríamos de lidar, por exemplo: constato que estou dando aquelas aulas apenas por uma necessidade econômica, ou ainda, que de fato não tenho afinidade psicoafetiva para trabalhar com tal faixa etária, que outros problemas estão afetando minha aula, entre outras razões. Por mais difícil que possa ser, este tipo de diálogo é muito importante, pois as contradições podem aparecer e fica mais fácil, tanto para a classe, quanto para o professor, trabalhar com elas. Dessa forma, possibilita-se um relacionamento menos estereotipado e alienado, abrindo-se para a construção humana.

Para haver diálogo verdadeiro não podem haver formas agressivas de pressão e de poder. Isto é quase impossível na escola, pois o professor detém o poder numa série de situações (nota, colocação para fora da aula, advertência, etc.)

Entretanto, considerando que o objetivo da escola, além do conteúdo e a construção do conhecimento, são as relações educacionais, o professor deverá abrir mão o mais breve possível destas formas de poder. Por outro lado, o poder pode ser utilizado, de forma não agressiva, para o bem da coletividade. Para tanto, deve ser legitimado por esta coletividade e, novamente, a legitimação é o diálogo. É necessário que cada ato deste poder tenha o seu conteúdo coletivo o mais claro possível. É o caso da função do professor, pode e deve exercer sua autoridade, sem ser autoritário, o que é negativo. Ter autoridade é exercer positivamente a função a que está sendo chamado: conduzir com responsabilidade, autoridade e competência o grupo. Esta competência pode-se caracterizar como sinônimo de uma conduta adequada.

A educação não é neutra, há necessidades de posicionamentos, de firmeza, de clareza de proposta; isto não significa mudar de lado, regredir, ser autoritário; significa, sim, possibilitar a vida, atuando nas forças contrárias à vida do aluno.

Entretanto, as relações sociais não se resolvem pura e simplesmente pelo exercício do poder. Quer seja diretamente pela investidura a alguns, conferida por causa de seu papel social; quer seja mediada por grupos organizados segundo a definição de critérios e normas que se impõem aos indivíduos, independente de sua vontade. O fato é que os homens precisam uns dos outros e, para sua fortuna ou desventura, serão sempre e para sempre indivíduos em grupo.

Frente à complexidade das relações, entende-se que sem autoridade não se faz educação; o aluno precisa dela seja para se orientar, seja para poder se opor (conflito) no processo de constituição de sua personalidade. O que se critica é o autoritarismo, que é a negação da verdadeira autoridade, pois se baseia na coisificação, na domesticação do outro, no caso, do aluno.

Não existe autoridade em si; a autoridade se define sempre em contextos históricos concretos. Entende-se que o primeiro e grande desafio para a autoridade do professor é a necessidade de ressignificar o espaço escolar, dando clareza sobre qual é, de fato, o papel da escola hoje, porque será justamente neste espaço social que o professor deverá exercer sua autoridade, que obviamente carecerá de sentido se a própria instituição não conseguir justificar sua existência. O

segundo desafio é o professor conseguir se refazer, se reconstruir depois deste turbilhão todo a que foi e ainda está submetido.

O professor não sustenta sua autoridade apenas na sua erudição, na ameaça, mas na sua disponibilidade de ensinar o que sabe com responsabilidade social, sendo exemplo ao aprendiz de um querer que se estabelece na relação de ambos. É a negociação com competência, fazendo as pessoas entenderem que tem sentido o que se está propondo, sempre com diálogo. Assim, autoridade é o privilégio da decisão tomada no coletivo, enquanto que, no autoritarismo, o privilégio é da opinião individual.

O uso do autoritarismo é apenas um modo de exercer a autoridade, e podemos dizer que é uma atitude ruim ou desqualificada de uma pessoa em posição de comando ou de liderança, pois equivoca-se ao atribuir-se o título de dona da verdade.

Reconhecer a autoridade como parceira indispensável a uma educação que visa à autonomia e à formação de sujeitos comprometidos e transformadores de sua realidade social é reflexão que deve ser feita com todos os professores envolvidos nesta tarefa. Porque na experiência de Freire não se educa no medo:

O professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca (FREIRE, 1996, p. 73).

Os conceitos de autoridade e hierarquia adotados no interior da escola definem uma cultura de interação entre os seus participantes e são peculiares a cada organização, aspectos que serão refletidos neste capítulo. Também haverá menção às reflexões teóricas acerca das concepções de autoridade e hierarquia, e de como essas concepções se constituem em elementos da cultura escolar cuja interação cotidiana define formas diferenciadas de participação nas escolas.

Para que se possa melhor entender como a autoridade acontece de professor para professor, faz-se necessário conceituar os termos autoridade e poder,

valendo-se para tanto do dicionário HOUAISS, Antonio (2004, p. 352), bem como das observações realizadas na pesquisa:

- **AUTORIDADE:** direito ou poder de ordenar, de decidir, de atuar, de se fazer obedecer. Autorização oficial para se realizar algo. Força de personalidade de um indivíduo ou grupo, que lhe permita exercer influência sobre pessoas, pensamentos e opiniões.

- **PODER:** ter a faculdade ou possibilidade de, ter influência, valimento, ter autorização para autorização para estar. Ser capaz de, estar em condições de.

“Autoridade” representa uma condição de superioridade, de determinação, de mando, pairando acima de “Poder”, o qual reflete mais precisamente situações de execução, de cumprimento, de determinação.

GUARESCHI (2005, p. 95) conceitua autoridade como sendo a ação de alguém que ajuda os outros a crescer, neste sentido trata-se de uma ação positiva. Porém, pode-se entender autoridade como relação de poder, que pode ser assumido em dois sentidos: um autêntico, que deriva de sua origem, que é a ação de ajudar os outros a crescerem; e outro distorcido, que se identifica com um poder de dominação e que reivindica um exercício de dominação e hegemonia sobre os outros.

Os dados coletados da pesquisa indicam que na relação de autoridade podem-se encontrar diferentes formas de poder, as quais revelam como tal indivíduo se posiciona frente aos seus subalternos, aqui, no caso, o aluno. Vejamos como pode acontecer:

- **Poder Dominação:** a autoridade só é obedecida porque por trás está uma força que domina e impõe a vontade de quem manda.

- **Poder Serviço:** a autoridade é acatada porque percebida como uma liderança necessária para articular o esforço coletivo.

É esta segunda característica que faz sentido na escola, porque faz crescer, gerando um ambiente propício à aprendizagem e, sobretudo, um local que fará com que alunos e professores possam construir relações favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento enquanto seres humanos construtores de ambientes e relações.

A positividade do poder na visão de Foucault, (1987), é entendida como propriedade de produzir alguma coisa. Veiga Neto (2002) sustenta que o poder se dispõe em rede, na qual há pontos de resistência, minúsculos, transitórios e móveis. Poder e saber, como dois lados do mesmo processo, entrecruzam-se no sujeito.

Desta forma, podem-se distinguir dois tipos de poder: 1) Etimologicamente, poder é a capacidade, o recurso, a qualidade de se poder fazer ou produzir algo. Se souber dirigir, eu tenho o “poder” de dirigir, isto é, eu “posso” dirigir. Quando eu consigo fazer algo, digo que “posso”, tenho poder. Nesse sentido, poder não é nem positivo, nem negativo. 2) Poder pode ser entendido como relação e relação, necessariamente, implica um outro. No momento em que entendo poder como relação, preciso estar bem consciente de que existe aí um outro. Mas como se dá isso? Sempre que tomo poder como relação, subentendo ou assumo alguma prática em que estou tirando, expropriando poder de outros ou estou colocando meu poder a serviço de outros.

O poder é um elemento presente como constituinte do social. E não se apresenta apenas como capacidade de influência, mas também como possibilidade de escolha, de definição entre alternativas de ação. Além da postura do professor, é importante a reflexão sobre outros elementos que colaboram para o autoritarismo. A própria arquitetura da sala de aula com seus cantos em ângulos de noventa graus, carteiras em filas, cada aluno atrás um do outro, ausência de circularidade, estas características externas já podem manifestar a presença do autoritarismo, que neste caso é da própria estrutura. E, nesse sentido, a sala de aula é o limite do próprio enquadramento social através da disciplina do corpo, a qual pode ser também da mente. Constata-se que há um autoritarismo na própria arquitetura da escola e este continua existindo na postura de quem a utiliza sem a preocupação de desmontar, refazer e ressignificar esse espaço.

Desse modo, ao retomar a reflexão a que este item se propõe, constata-se que a escola possui papel fundamental na construção do processo educativo e que este processo envolve a formação para a convivência, para os relacionamentos saudáveis. A escola, como espaço privilegiado de formação do ser humano, num processo de busca e libertação, tem juntamente com seus

educadores, o compromisso inalienável de pautar sua ação educativa em princípios e valores que iluminem e permitam ao aluno pronunciar-se como agente se sua própria formação.

Considerando a proposta deste item e mediante observação e dados da pesquisa, reconhece-se que a sala de aula é tradicional e que as relações ainda se dão na forma piramidal, ainda que com alguns avanços. É fundamental rever as relações e concepções que sustentam todo o aparato e o cotidiano da escola. O espaço físico e pedagógico oferecido ao aluno é limitado a uma participação restrita, precisa-se estar atento, pois se corre o risco de cultivar o individualismo e este, conseqüentemente, será reproduzido na sociedade. Até porque, hoje mais do que nunca, estamos sentindo e vivendo o resultado do cultivo, da competição, da indiferença em relação ao outro e do egoísmo como valor. Será esta a finalidade social da escola?

Assim, cabe a cada um de nós, que acredita e busca uma educação comprometida com a formação de crianças, jovens e adultos, empenhar-se em mudar posturas enquanto se está em sala de aula, para a criação de espaços onde se aprenda a convivência e a solidariedade, onde se possa empreender com prazer a aventura de aprender o exercício constante de uma convivência que seja a expressão de acolhida e inclusão de todos, especialmente daqueles que se sentem à margem. No dizer de Paulo Freire, que a escola possa “ser o lugar do encontro amoroso”.

Considerando as reflexões anteriores e mediante observação no que se refere a relação escola-família, foi constatada que tal convívio (mais presente e positivo em uma das escolas), se dá de forma positiva, havendo respeito pelos conhecimentos e valores que as famílias passam, evitando, desse modo, qualquer tipo de preconceito e favorecendo a participação dos componentes da instituição familiar em diferentes oportunidades. O estímulo ao diálogo com os pais, possibilita-lhes, também, obter um ganho positivo, enquanto sujeitos interessados em evoluir e aperfeiçoar-se, bem como em se tornarem seres humanos e cidadãos compromissados com a transformação da realidade.

A escola prioriza a participação dos pais no ambiente escolar e isto acontece através de momentos de reuniões; círculos de estudos para pais – os

quais visam a sua formação; encontros para a entrega de boletins; além da abertura às necessidades que surgirem no decorrer do processo. A escola, enquanto responsável pela transmissão do saber sistematizado, procura informar a família do crescimento do aluno em diferentes momentos e sempre que julgar necessário. Algumas rotinas aqui identificadas são realizadas somente na escola particular, por já fazer parte do próprio sistema deste grupo.

O cotidiano da escola e, mais especificamente, da sala de aula são cenários em que se apresenta uma teia emaranhada de concepções, de atitudes e de perspectivas do fazer pedagógico. Elas se entrecruzam neste contexto cujo resultado e cujas premissas não estão especificamente claras para quem dele participa diretamente: pais, alunos e, às vezes, até os professores.

Na interação professor-aluno-diretor-família, a qual se considera importante, fundamental e indispensável, tem-se como premissa as relações pessoais: cada indivíduo é um ser ativo, histórico, social e conseqüentemente político. Importante deixar claro de qual cidadania se está falando e a partir de qual entendimento se fala em cidadania e sua construção no universo escolar.

Paulo Freire (1997, p. 66) nos recorda que cidadania está intrinsecamente ligada à autonomia “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Então a escola não pode eximir-se desta tarefa enquanto presta um serviço à sociedade. Professores e alunos são sujeitos históricos, sociais; envolvidos em questões da vida e estas não fogem de sua responsabilidade.

Neste sentido, percebeu-se que as relações de poder estão presentes, porém um poder que nem sempre está visível, porque não se toca, não se vê, mas sua ação é sentida e se manifesta às vezes através das palavras, gestos, silêncios e posturas. Isto se observou em diferentes momentos, tempos e espaços, bem como nos ambientes em que eram dispostos, espaços e relações. Vejamos um exemplo de como é percebido o poder autoritário, ainda que a pessoa em questão não esteja presente: não estando presente o indivíduo X, os alunos manifestaram que podiam estar presentes numa determinada sala que, normalmente na presença de X, não se pode entrar. Nesta ocasião, o aluno ousa pedir um cafezinho ao professor – o qual está na sala dos professores, aguardando seu horário de ir para a

sala, tendo como resposta que, como X não se encontrava na escola naquele dia, seria possível atender seu pedido. Também há outra situação: um aluno pede para passar pela sala dos professores para dirigir-se até a secretaria e obtém como resposta que, como X não estava na escola, tal pedido pode ser realizado.

Na percepção da pesquisadora, autoridade e poder andam juntas, mas são distintas, podendo-se perceber quando uma ou outra estão presentes ou quando ambas exercem influência. Então, nas situações acima descritas, evidencia-se que existe uma marca forte de relações de poder, ainda que não visível, porém manifestada, sentida e percebida.

Pode-se então caracterizar que nos espaços da escola, no seu dia-a-dia, há a presença de relações de poder e de força. O que se percebeu em uma das escolas pesquisadas é que o “poder autoritário” estava mais evidente numa pessoa, ainda que mesclado em algumas ações democráticas, nas quais predominava uma relação autoritária. Também ficou evidente uma “postura burocrática”, inclusive nas rotinas diárias simples, com alunos e professores. Exemplo de rotina burocrática: já que o aluno chegou atrasado, enquanto não for atendido por X, fica na sala a sua espera (somente X pode liberar ou reter o aluno).

Na visão de Foucault, o poder se exerce em rede, nem sempre é visível, mas se percebe porque sua ação é sentida e desta forma ele foi percebido pela pesquisadora, o que permite considerar que ações e posturas tornam visível o poder.

Há também, na visão da pesquisadora, registros dos alunos que revelaram posturas e atitudes coerentes; de muitos professores que manifestam uma relação democrática, centrada numa visão humana da pessoa e no fazer junto: ouvir, discutir, chegar a conclusões, consensos e negociações a partir de uma discussão pautada numa visão positiva do aluno.

Numa das questões relacionadas aos professores, foi solicitado que registrassem como viam seus alunos, qual a percepção que tinham deles e como administravam a sala no seu dia-a-dia. Assim registraram os professores, a partir de entrevistas realizadas com os mesmos:

“Nos momentos de conflitos e quando surge alguma divergência em sala, uso sempre o diálogo e o bom senso e sempre chegamos a conclusões favoráveis a ambas as partes”.

“Olho meus alunos além do que aparece, tendo para com eles uma visão sistêmica. Percebo que os jovens necessitam de referenciais, assim procuro dar o melhor de mim mesmo como profissional da educação. Incentivo para que valorizem o esforço de seus pais e se apliquem no estudo, com objetivo de preparar-se para a vida”.

“Mantenho para com todos os alunos, um relacionamento de proximidade, afetividade e orientação, tratando-os com dignidade e respeito. Gosto muito do que faço e faço questão que eles saibam disso”.

“Dialogo bastante com meus alunos e procuro colocar limites, realizando um trabalho sério, exigindo deles seriedade e compromisso. Ouço antes de tomar qualquer decisão e sou bastante honesto e verdadeiro com eles”.

“Respeito meus alunos e sou respeitado por eles, procuro mediar os conflitos que vão surgindo, fazendo uso do diálogo. Às vezes encontro dificuldades em explicar e cobrar as normas e os limites”.

Dentre os registros assinalados, há algumas preocupações no que diz respeito às percepções dos professores em relação aos alunos:

- Alguns alunos sem perspectivas quanto ao futuro pessoal;
- Alguns alunos sem base em relação aos conteúdos dos anos anteriores;
- Pouca capacidade de concentração, interpretação e expressão;
- Conteúdos alienados e alienantes, sem expressão para a vida dos alunos, que já manifestam estarem cansados;
- Alguns alunos são imediatistas, desatentos, sem compromisso, imaturos, agressivos e manifestam pouco interesse para os estudos.

Portanto, do exposto acima, pode-se entender que o homem é um ser relacional, de convivência. Portanto, é natural que nos diferentes

relacionamentos exista a presença do poder, ainda que esta relação de poder esteja presente também entre alunos, professores e pessoas da comunidade escolar.

Na pesquisa percebeu-se que os alunos sentem e caracterizam os diferentes tipos de poder e, também, demonstram que em sala de aula é necessário que em alguns momentos os professores necessitem agir de forma mais autoritária que em outros momentos.

Os dados pesquisados levam a crer que na relação de poder na escola, explicitado no dia-a-dia escolar, aparecem algumas categorias de poder, construídas ou não, tais como: Poder Autoritário, entendido como força que está centralizado na pessoa e nos seus interesses. Neste tipo de relação, há a ausência de diálogo. A negociação não está presente e, portanto, quem decide é somente uma pessoa ou um grupo de pessoas. Outro tipo de poder que pode existir na escola é o Poder Burocrático, caracterizado pela presença de estruturas de hierarquia, as quais impõem regulamentos rígidos e inflexíveis e, por vezes, ameaçadores. Nesta relação, vale a norma, a lei. No Poder Democrático, as decisões são consultadas e as responsabilidades são divididas. Normas e regras são negociadas. O grupo se torna co-responsável pelas decisões. Isto não significa dizer tudo vale; pelo contrário, há consensos. Todos se sentem responsáveis.

No que diz respeito à cidadania, a observação na pesquisa do cotidiano da escola nos fez perceber que cidadania quer dizer que a pessoa, neste caso o aluno, sabe e conhece seus direitos e deveres. Também, nas escolas pesquisadas, o termo nos remete à convivência, espaço físico, vida em comunidade (escola) e, portanto, há a preocupação com o bem comum, pois o indivíduo participa da vida da comunidade, do comum e dela se responsabiliza.

Os dados da pesquisa, resultantes da observação e do questionário, nos mostraram que as relações de poder estão presentes e sempre estarão, porque nos relacionamentos sempre encontraremos alguém que estará liderando e, portanto, dando direção a algo ou a alguém. Como já refletimos em capítulos anteriores, entendemos que faz parte do conviver e dos relacionamentos tal relação. Assim, a pesquisa veio mostrar que entre os alunos pesquisados, eles percebem e indicam que em alguns momentos o poder é mais ou é menos carregado de força

(autoritário) e que, deste modo, ele está sempre presente, atuando e exercendo sua força, seja pelo olhar, pelas palavras ditas ou não ditas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa procurou responder a seguinte questão: Quais as implicações das relações de poder no espaço escolar e na formação para a cidadania?

O estudo realizado indica que as relações de poder são inerentes à convivência dos seres humanos e, portanto, que onde há relacionamentos, é inevitável que tais relações se façam presentes. Para as duas questões: a relação de poder em si na escola e sua contribuição na construção da cidadania, se constata:

1. Relações de poder e espaço escolar. Escola espaço privilegiado de relações, onde as relações se estabelecem, se estruturam, se moldam. É também neste espaço que professor e aluno se conhecem; onde pela convivência se estruturam valores; onde o aluno faz suas experiências e aprende a conviver, tendo como mediação a pessoa e ação do professor. Neste sentido, o professor pode exercer influência sobre a vida do aluno, suas concepções, crenças, vivências.

2. A formação para a Cidadania. Escola é o espaço da convivência, da aprendizagem, da descoberta de si e do outro. A formação para a Cidadania é o propósito desta pesquisa, entendendo a cidadania como um exercício e uma busca do conhecer dos direitos e deveres pessoais e coletivos. Vê-se, porém, que a escola ainda não está preparada para formar-se na conquista deste direito. A participação é um dos requisitos importantes no exercício da cidadania. Na escola, a participação é muito relativa, visto que o aluno não participa de nenhuma decisão no que diz respeito à coletividade. O que se vê é uma participação restrita na própria sala de aula e nos envolvimento com professores isolados.

Respondendo à proposta da temática “A Política, As Relações de Poder na Escola e a Formação para a Cidadania”, pôde-se considerar que na escola as relações de poder estão presentes visto que pessoas se envolvem com pessoas e estas são diferentes entre si. Na análise das relações de poder estabeleceram-se as seguintes categorias: poder autoritário, muito presente em sala de aula – o professor direcionando todo o processo, a centralidade das decisões está nele, pois

ele decide pela maioria. Nesta relação, o diálogo quase inexistente. Há uma imposição autoritária. Existe por parte dos alunos pesquisados, certa rebeldia a esta postura e, por vezes, a reação se traduz em indisciplina, agressividade e violência na sala e fora dela. Houve queixas quanto a posturas de alguns professores que agem de forma autoritária e na concepção dos alunos como 'donos do mundo'.

Contemplando o percurso feito, essas considerações que se seguem tornam evidente que muito ainda nos resta no caminho a ser percorrido.

Este trabalho, constituído de pesquisa bibliográfica e de campo, sendo ambas complementares entre si, traz à tona uma preocupação em constatar que os alunos de certo modo já se acostumaram com as formas autoritárias, bem como com as maneiras com que os professores os tratam, achando-nas até normais.

A educação é *tarefa pessoal, de dentro para fora* e para ser libertadora do indivíduo, não pode ser impositiva ou massificante; portanto, ela só será criadora, enquanto permitir à pessoa ser ela mesma, num sentido dinâmico de fazer opções. Ela é tarefa de toda a vida e da vida toda, porque abrange todos os aspectos da personalidade do indivíduo.

A educação, fazendo a pessoa construir-se a si mesma, uma vez que educar é humanizar, contribui para que o ser humano tome consciência dos seus próprios limites e possibilidades, levando-o a ocupar o seu lugar na sociedade, não como um mero objeto de grupos, mas como sujeito consciente e transformador da realidade; agindo dessa maneira, ele deixa de ir a reboque dos fatos e se torna um agente da história; ao mesmo tempo que percebe que ele se educa ao lado dos outros, através da participação e do respeito mútuos.

A educação brota de dentro para fora, enquanto a pessoa equaciona seu objetivo ou ideal, pois é cada um que se educa a si mesmo; outras pessoas podem favorecer ou auxiliar o processo, mas a última resposta tem que ser dada pelo indivíduo, até porque a aprendizagem é uma ação pessoal.

Desta forma, o ser humano é um ser social, isto é, chamado a conviver em grupo, nenhum ser humano pode ser uma ilha isolada no mundo (essência do ser humano: ser para os demais).

A fundamentação teórica oportunizou conhecer as diferentes literaturas que trazem um enfoque sobre as relações de força e poder, bem como analisar como estes mecanismos estão presentes e atuantes, ainda que de forma velada no âmbito do cotidiano da escola.

A pesquisa transcorreu de forma muito tranqüila. Ao escolher a temática: a política, as relações de poder e a formação para a cidadania, o objetivo era analisar como estas relações acontecem na prática, se estavam presentes e como se manifestavam no cotidiano da escola.

Neste sentido, a escola e a sala de aula, vistas como espaços de relações, continuam sendo um entre os muitos desafios para os educadores e para aqueles que convivem no mesmo espaço. Hoje, mais do que em outros tempos, educar se torna uma ação complexa e desafiadora, porque o ser humano, enquanto ser social e histórico, é influenciado e exerce influência através de suas relações de convivência.

Buscando responder a problemática da pesquisa inicial, que considerava a escola como espaço privilegiado *de e para* a convivência, tinha-se uma questão: *Quais as implicações das relações de poder no espaço escolar e na formação para a cidadania?* Os resultados da pesquisa nos fizeram perceber que as relações do cotidiano da escola são fundamentais para um relacionamento que aproxime professores, alunos e a comunidade escolar, oportunizando um clima favorável à aprendizagem e aos relacionamentos.

Da análise e interpretação dos dados chegou-se a algumas constatações e considerações que são importantes para o objetivo desta pesquisa. Percebeu-se que os alunos demonstraram que, quando são acolhidos de forma respeitosa e amigável pelos professores, eles reagem positivamente e apresentam melhores condições para um rendimento favorável em sala de aula, sentem que os professores se preocupam com eles. Isto significa dizer que, na relação com a maioria dos professores, não há a presença coercitiva, como não há também o autoritarismo declarado, fato que faz com que a aprendizagem flua melhor e a interação em sala de aula favoreça a convivência e a aprendizagem.

Um aspecto que merece consideração dos professores e da comunidade escolar como um todo diz respeito à convivência na escola, à postura,

aos acolhimentos, à atenção e ao cuidado que se oferecem aos alunos. Eles valorizam muito o professor que os trata com igualdade e humanidade.

Na visão dos alunos pesquisados, a escola é muito importante para eles. Consideram que bom professor é aquele que demonstra atenção, paciência, competente em relação aos conteúdos. Valorizam muito o professor amigo, aquele que se interessa pelo aluno, não somente como aluno, mas como pessoa. Têm a escola como espaço muito importante, gostam de estar ali e consideram o ambiente agradável e acolhedor.

O objetivo desta pesquisa era *compreender e identificar relações de poder nos espaços da escola*. Através da pesquisa qualitativa e da discussão dos dados, no que se refere às categorias de poder, os alunos têm uma visão positiva sobre a *autoridade do professor* (aquele que tem poder sobre os conteúdos e na própria dinâmica da sala de aula, que sabe administrar os conflitos). O professor autoritário, na visão deles, é aquele que não permite aproximação e, conseqüentemente, dificulta a aprendizagem porque os mantém em distância, não dialoga, não demonstra muito interesse pelo aluno e não tem paciência em entender a dificuldade do aluno, dando a este uma segunda chance.

Com base na fundamentação teórica e na análise dos dados da pesquisa, bem como na análise dos documentos institucionais (Regimento e o Projeto Político Pedagógico das Escolas) evidenciou-se um nível de comprometimento da equipe, bem como de toda comunidade educativa.

Entende-se que o sistema educacional ainda é marcado por uma crença histórica que procura dizer que o professor é o dono do saber e, portanto, é a autoridade; além do fato de que, por vezes, age e reage desta forma, usando, muitas vezes, o autoritarismo, visto por estes alunos, como negativo. Também se sabe que o professor tem as armas para aprovação ou não e, neste sentido, muitas vezes, os alunos aceitam passivamente suas atitudes, com medo da represália do professor em dias de prova. De certa forma, o professor tem o poder sobre o aluno e sobre a classe, podendo usá-lo não para construir e fazer crescer, mas para intimidar e coagir. Deste modo, os alunos percebem as ações de poder, tanto em relação aos professores quanto na escola como um todo, mas conseguem conviver com tais ações. No dizer dos mesmos, há diferentes profissionais, que em algum

momento, fazem uso do poder, de forma autoritária, especialmente quando mandam alunos para fora da sala, ou ainda, quando tiram notas por causa do comportamento inadequado, ou mesmo, quando realizam determinadas avaliações e não deixam claros seus critérios. Os alunos conseguem perceber e entender quando a autoridade do professor é positiva: poder que faz gerar saber e conhecimento. Por outro lado, também percebem quando a autoridade do professor é autoritária e carece de competência, segurança e conhecimentos.

Na discussão dos dados referentes ao questionário, o qual foi respondido pelos professores e pela equipe pedagógica, percebeu-se que os professores, no geral, mantêm um relacionamento muito bom com os alunos. Houve professor que disse que, em alguns momentos, precisa fazer uso do autoritarismo para chamar a atenção dos alunos para o que ele considera importante e necessário aos estudos deles. Também se percebe que alguns professores procuram não se envolver com os alunos, tampouco com seus problemas e dificuldades: dão aula, explicam os conteúdos, mas mantêm certa distância entre os mesmos.

Deste modo, é certo que, um relacionamento livre de barreiras, mais humano e acolhedor, auxilia a aprendizagem e aproxima as pessoas, permitindo resultados positivos no processo educativo.

Assim, pode-se afirmar e compreender que o clima humano constitui e favorece relacionamentos de igualdade, aproximando as pessoas e permitindo mais aprendizagem. Desta forma, conclui-se que é necessário continuar cuidando dos relacionamentos no espaço escolar, bem como da relação conteúdo-aprendizagem, cuidando mais desta característica que é fundamental no ser humano: a necessidade da relação, do contato, do estar junto, a fim de que o aluno e todos os que compõem a escola e seus processos possam favorecer e permitir que a aprendizagem se concretize, seja qual for esta aprendizagem. O necessário é que ela seja significativa e consolide laços de amizade, até porque não se pode pensar em educação sem afetividade, aproximação, empatia, querer bem, acreditar no outro e tudo isso passa pelo relacionamento, pela interação.

No tocante à contribuição da escola na formação para a cidadania, a pesquisa demonstrou a dificuldade que as escolas encontram em trabalhar com esta categoria: formação para a cidadania e construção do conhecimento. Quando e

como a escola exerce de fato esta tarefa de formar para a cidadania? Sabe-se que o exercício da cidadania se concretiza efetivamente na participação, no exercício dos direitos e deveres. A participação do aluno na escola não diz respeito às decisões, sabe-se que é uma participação parcial e, portanto, não se pode afirmar que a escola forma para a cidadania. É certo que já existem ações propositais, projetos que têm por objetivo fomentar e desencadear posturas e ações que colaborem na formação e construção da cidadania do aluno. Mas não é tão simples como parece, pois cidadania não pode ser considerada sinônimo de conhecer os direitos e deveres, mas possuir o entendimento destes e uma vivência efetiva, bem como conhecimento dos direitos e deveres da coletividade, para respeitá-los enquanto o indivíduo faz de determinado grupo. Deste modo, esta categoria vai ser sempre um processo e compromisso da escola para atingi-lo a longo prazo, o qual se efetivará à medida que a escola se projete para isto.

A outra categoria nos remete à construção do conhecimento e este tem sido o objetivo da escola enquanto instância encarregada de socializar conhecimentos acumulados pela humanidade. O conhecimento é mutável, está disponível. Qual a tarefa da escola nesta análise? Ajudar os alunos a se apropriarem do conhecimento, munindo-os de requisitos para saberem associá-los, fazendo-os que se tornem significativos e que a partir deles possam melhorar suas vidas e a dos demais. Não será esta uma tarefa impossível para a escola? Sobretudo nesta sociedade que alguns chamam de sociedade do conhecimento: Como conhecer? Para que conhecer? Penso que a tarefa da escola frente ao conhecimento que hoje está disponível é redimensioná-lo, tornando-o mais humano, para que o aluno de posse dos saberes se humanize e humanize o seu entorno. Será isto uma utopia?

Sendo assim, não consideramos concluída esta pesquisa. Fica em aberto, uma vez que outros aspectos pertinentes a ela poderão ser tomados e aprofundados num outro viés, trazendo uma outra visão ou qualificação para este trabalho.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARROYO, Miguel. G. **Imagens Quebradas - trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ASSMANN, Hugo, **Reencantar a Educação: rumo a uma sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BALANDIER, Georges. **O Poder em cena.**, Brasília: Editora universidade de Brasília, 1982.
- BALESTRERI, Ricardo. **Cidadania e Direitos Humanos**. Belo Horizonte, 1999.
- BASSO, Ilda. **Uma Ética para Educar – valores da formação docente**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1998.
- BRASIL, MEC. **LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação**. Brasília, 1996.
- BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é Participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, S. A, 1983.
- CADERNOS de Educação 3. **Educação e Cidadania, Construindo a Esperança**. Ed. Unigranrio, 2003.
- CANIVEZ, Patrice, **Educar o Cidadão?** São Paulo: Papyrus, 1986.
- COSTA, Célia. **A indisciplina: uma questão da escola ou da sociedade?** In: Revista de Educação, vol 26, nº 103, Brasília, 1997.

CANDAU, Vera. **Tecendo a Cidadania, oficinas Pedagógicas**, Petrópolis: Vozes, 1996.

DELORS, Jacques. **Educação Um Tesouro a Descobrir** – relatório para a UNESCO, 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DUSSEL Inês. CARUSO Marcelo. **A invenção da sala de aula**. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

ESCLARÍN, Antonio Pérez. **Educar para Humanizar**. São Paulo: Editoras Paulinas, 2006.

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. RJ, 10ª edição. Edições Graal Ltda, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 26ª edição, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, Coleção leitura, 13ª edição, 1999.

FREIRE, Paulo. **Ética Utopia e Educação**. (org. Danilo R. StRECK), Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, Pablo. ; ALENCAR, Chico. **Educar na Esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GADOTTI, Moacir. **A Escola Cidadã e autônoma**. São Paulo: Cortez, 1993.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**, Petrópolis: Vozes, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica como prática de libertação**. 3ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GONZÁLEZ, Fernandes Leopoldo & DOMINGOS, Tânia. Cadernos de Antropologia da Educação – v. 1. **Antropologia e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GONZÁLEZ, Fernandes, Leopoldo & DOMINGOS, Tânia. Cadernos de Antropologia da Educação – v. 5. **Linguagem, Sociedade, Cultura Antropologia e Educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de Ensino e Práticas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, p. 714 e 352.

LINDBLOM, Charles E. **O Processo de Decisão Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

MACHADO, Lourdes M. FERREIRA, Naura S. C (org.) – **Política e Gestão da Educação – dois olhares**. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2002.

MOREIRA, Wilson. **Corpo presente num olhar panorâmico**. IN: Moreira, W> W> (ORG), **Corpo Presente**. Campinas: Papirus, 1995.

MORIN. Edgar. **A Religação dos Saberes, o desafio do século XXI**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MORIN. Edgar. **A Cabeça Bem-Feita - repensar a reforma, reformar o pensamento**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

NETO Veiga, Alfredo. **Foucault e a Educação - interpretando Foucault**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

NOSIGLIA, Cesare. Uma Pessoa Nova para um Mundo Novo. **Anais do XVI Congresso Mundial de Educação**, Brasília: p. 25-29, 2002.

NÓVOA, Antonio. **As Organizações Escolares em Análise**. Porto: Porto Editora, 1995.

POULANTZAS, Nico. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REVISTA DE EDUCAÇÃO DA AEC. Brasília: ano 26, n. 103, abr/jun de 1997.

REVISTA DE EDUCAÇÃO DA AEC. Brasília: ano 29, n. 117, out/dez de 2000.

REVISTA DE EDUCAÇÃO da AEC. Brasília: ano 34, n. 134, jan/março de 2005.

RIOS, Azeredo Terezinha. **Compreender e ensinar – por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Paulo Renato. **A Revolução Gerenciada – Educação no Brasil. 1995 – 2002**, São Paulo: Prentice Hall, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. **Relação de Poder na Escola** - educação e sociedade, nº 20, jan/abr, São Paulo, 1986.

TELES, Silveira, Maria Luiza. **Educação A revolução necessária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

TESCAROLO, Ricardo. **A Escola como Sistema Complexo – a ação, o poder e o sagrado**. São Paulo: Escritura Editora, 2005.

ANEXOS**ANEXO A**

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – Curitiba - PR
Mestrado em Educação

Questionário aos ALUNOS

Identificação:

Escola: _____

Masculino () Feminino () Idade: _____

Há quanto tempo você está nesta escola? _____ anos.

Tem outros irmãos na escola? SIM () NÃO () Quantos: _____

1. Use três adjetivos para dizer como é esta escola para você.

_____, _____, _____

2. Segundo sua percepção, quais professores se destacam? Por que e em que?

3. Na sua opinião, qual professor pode ser considerado ótimo profissional? Por quê?

4. Como você se sente estudando nesta escola?

5. Se fosse dada a você a possibilidade de reorganizar sua escola, o que faria de diferente?

6. Comente um pouco sobre os valores que você mais percebe e os que sente como mais fortes nesta escola.

7. Numa escala de **0 a 10**, como você classifica os relacionamentos dos professores com os alunos? Por quê?

8. Comente como você *percebe e vê* os relacionamentos dos seguintes profissionais de sua Escola.

- Professor x Aluno:

- Professor x professor:

- Diretor x professor:

- Diretor x aluno:

- Aluno x aluno:

- Equipe pedagógica x professores:

- Equipe pedagógica x alunos:

9. O que você gostaria de ainda escrever sobre o que observa na sua Escola?

Agradeço sua grande colaboração!

Ir. Maria do Socorro da Cunha

ANEXO B**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – Curitiba – PR**

Mestrado em Educação

Questionário aos Professores**Identificação:****Nome da Escola em que leciona:** _____**Há quanto tempo trabalha nesta Escola:** _____

1. Descreva como é seu relacionamento com os alunos.

2. Como você administra os conflitos em sala de aula?

3. Como você define seus alunos?

Obrigada por sua colaboração ao responder este questionário.

Deus lhe pague!

Ir. Maria do Socorro da Cunha